



Ata nº 3/2026 – Sessão ordinária de vinte e sete de abril de 2026

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

--Pelas dezoito horas, o senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, tendo dado a palavra ao Primeiro Secretário, José Ricardo Rosa de Carvalho, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Nuno Miguel Almeida Alves Baeta (Partido Social Democrata);-----

-----**Primeiro Secretário:** José Ricardo Rosa de Carvalho (Partido Social Democrata);-----

-----**Segunda Secretária:** Célia Maria da Cunha Sanches (Partido Social Democrata);-----

-----Estiveram presentes os seguintes elementos:-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Vítor Hugo Machado Ribeiro;-----

-----Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----Rui Manuel Pereira da Silva.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Diamantino Jorge Simões Garcia;-----

-----Ana Luísa Santo Duarte Oliveira;-----

-----Joaquim Manuel Fonseca Mateus;-----

-----Carlos da Conceição de Jesus;-----

-----Liliana Cristina da Silva Serra;-----

-----Ricardo José Duarte Ventura.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares – Lara Sofia Dias Baeta (Partido Socialista); -----

-----Góis – Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União de Freguesias do Cadafaz e do Colmeal - Sandra Maria Félix Henriques (Partido Socialista); --

-----Vila Nova do Ceira – António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----



-----FALTAS: ----- -----Luís Virgílio de Abreu Afonso.----- -----Carlos da Conceição de Jesus.----- -----SUBSTITUIÇÕES:----- -----Foram substituídos os seguintes membros: ----- -----Luís Virgílio de Abreu Afonso (Partido Social Democrata) foi substituído por António da Anunciação Duarte.----- -----Carlos da Conceição de Jesus (Partido Socialista) foi substituído por Mário Barata Garcia.----- -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que os membros ausentes justificaram a sua falta, tendo a Mesa aceite e validado a justificação. ----- -----Câmara Municipal: ----- -----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: ----- -----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.----- -----Vereadores:----- -----Nuno Miguel Martins Bandeira;----- -----Paula Cristina Silva Matos Neves;----- -----Ana Paula Rodrigues Gonçalves.----- -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia justificou a sua falta, tendo a Mesa aceite e validado a justificação.----- -----De seguida a senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, leu a Ordem do Dia, a saber:----- -----ORDEM DO DIA:----- -----ANTES DA ORDEM DO DIA:----- -----1. Aprovação da Ata Nº 8/2025----- -----2. Aprovação da Ata Nº 1/2026----- -----3. Aprovação da Ata Nº 2/2026----- -----4. Informação sobre o Expediente da Assembleia Municipal----- -----5. Apresentação e Votação de Votos de Louvor, Congratulação, Saudação, Protesto ou Pesar Sobre Assuntos ou Personalidades de Especial Relevância para o Município e Apresentação de Moções ou Recomendações Sobre Assuntos de Interesse para o Município, que sejam apresentadas por Qualquer
--



Membro da Assembleia Municipal ou pela Mesa-----

-----6. Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ de Góis/2025-----

-----2. Conhecimento do Relatório de Observância do Direito de Oposição-----

-----3. Discussão e Aprovação do Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais-----

-----4. Discussão e Votação da Prestação de Contas Individuais/Ano 2025-----

-----5. Conhecimento da Certificação Legal de Contas/Ano 2025-----

-----6. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2026 – Comunicação Periódica-----

-----7. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou um agradecimento especial a todos os membros que anuíram à proposta de entrega dos documentos por correio eletrónico. Para o efeito, foi previamente remetido um e-mail no sentido de sensibilizar todos para o facto de a documentação a ser distribuída perfazer cerca de oito mil folhas de papel. Tendo em conta a necessidade de promover um ambiente mais sustentável, bem como as candidaturas apresentadas ao Eco XXI, não devemos esquecer que todos nós, eleitos locais, temos o dever e o papel de contribuir para a proteção do ambiente. Assim, os documentos apresentados em Assembleia Municipal devem ser preferencialmente entregues em formato digital. Ainda sobre o e-mail remetido à Assembleia Municipal, referiu ter ressalvado um parágrafo que não corresponde na sua totalidade à realidade, ou seja, não existe obrigatoriedade na entrega da documentação em papel, aliás, apenas no que concerne ao prazo de entrega da documentação, que é de dois dias úteis. Contudo, consultadas algumas Assembleias Municipais de concelhos limítrofes, verifica-se que a metodologia utilizada na entrega da documentação aos membros da Assembleia Municipal é feita, em regra, por via digital, existindo uma versão em papel disponível para consulta nas instalações do Município. Relativamente aos três pontos de aprovação da ata, referiu ter solicitado aos serviços que a designação a constar em ata dos membros deverá ser “senhor/a, nome da pessoa, membro eleito pelo respetivo partido, PSD ou PS”, sendo esta a designação que deverá a constar em todas as atas de forma a que estas se tornem mais percutíveis para quem as lê.-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----
-----1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 8/2025----- -----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.----- -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 8/2025.----- -----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, a senhora Célia Maria da Cunha Sanches, membro eleito pelo PSD, e o senhor Mário Barata Garcia, membro em regime de substituição do senhor Carlos da Conceição de Jesus, membro eleito pelo PS, não participaram na votação por não terem estado presente na sessão a que a mesma respeita.----- -----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----
-----2. APROVAÇÃO DA ATA Nº 1/2026----- -----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.----- -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 8/2025.----- -----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os senhores António da Anunciação Duarte, em regime de substituição do senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso, membro eleito pelo PSD, e Mário Barata Garcia, em regime de substituição do senhor Carlos da Conceição Jesus, membro eleito pelo PS, não participaram na votação por não terem estado presente na sessão a que a mesma respeita.----- -----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----
-----3. APROVAÇÃO DA ATA Nº 2/2026----- -----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.----- -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria usar da palavra, em defesa da honra,

por forma a clarificar a forma como a senhora Liliana Cristina da Silva, membro eleito pelo PS, se dirigiu à sua pessoa, após ter informado que os membros da Assembleia Municipal que desejassem usar da palavra teriam que se deslocar ao púlpito, ou seja, a membro em defesa da honra referiu que “(...) *que os munícipes em casa não a conseguem ouvir e que a membro não quer que a ouçam, realçou que não corresponde à verdade, parecendo-lhe que o senhor Presidente da Assembleia Municipal a tomar este procedimento poderá estar a tomar uma atitude que compara como “de ditador”(...)”*. Neste sentido, referiu que, em anteriores mandatos, enquanto membro da oposição no órgão deliberativo, considera ter sido alvo do que classifica como atitudes autoritárias. Acrescentou que, em momento algum, poderá ser encontrada qualquer declaração sua em que tenha criticado uma instituição. Ainda assim, referiu que, na altura, uma então Presidente de Junta de Freguesia, atualmente Vereadora, entendeu que a sua intervenção continha palavras injuriosas dirigidas a determinada instituição. Em sede de Comissão Alargada, foi apresentada uma nota de repúdio na Assembleia Municipal, sendo que a veracidade do que nela foi expresso nunca chegou a ser devidamente apurada. Esclareceu que concorreu às eleições autárquicas, tendo sido eleito para o órgão deliberativo e, posteriormente, eleito para Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelo que a legitimidade com que faz o presente mandato é a mesma dos restantes dezoito membros da Assembleia Municipal, pelo que jamais pactuará e não deixará passar em claro, quando se proferem palavras que a sua pessoa não as proferiu, e se dirijam à sua pessoa como “ditador”, salientando que há comportamentos que não poderá tolerar exigindo respeito de todos os membros, uns para os outros, sendo a sua posição na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal gerir os trabalhos da melhor forma, estando as ofensas muito bem plasmadas no que é a conduta saudável de cada membro eleito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº 8/2025.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os senhores António da Anunciação Duarte, em regime de substituição do senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso, membro eleito pelo PSD, e Mário Barata Garcia, em regime de substituição do senhor Carlos da Conceição Jesus, membro eleito pelo PS, não participaram na votação por não terem estado presente na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----



-----**4. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tem sido sua prática encaminhar a documentação com maior relevância para os senhores Líderes dos Grupos Municipais, existindo outra que também tem sido encaminhada para todos os membros desta Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**5. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DE VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR SOBRE ASSUNTOS OU PERSONALIDADES DE ESPECIAL RELEVO PARA O MUNICÍPIO E APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, QUE SEJAM APRESENTADAS POR QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OU PELA MESA**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, para o uso da palavra, os membros deverão deslocar-se ao púlpito, de modo a garantir uma melhor visibilidade e audição por parte de quem acompanha a sessão online. Salientou que, durante a intervenção, cada membro terá uma placa identificativa com o seu nome e o partido pelo qual foi eleito.-----

-----Seguidamente, questionou os Grupos Municipais sobre se pretendiam apresentar alguma proposta, tendo os senhores Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias e Vítor Hugo Machado Ribeiro, membros eleitos pelo PSD, solicitado o uso da palavra.-----

-----O senhor Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias, membro eleito pelo PSD, apresentou o seguinte Voto de Lamento pela Diminuição do Número de Passagens do Rally de Portugal na Especial de Góis: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Góis, O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) manifesta o seu profundo lamento pela decisão da Comissão Organizadora do Rally de Portugal, designadamente do Automóvel Club de Portugal (ACP), de reduzir o número de passagens na Etapa Especial de Góis. A Etapa Especial de Góis do Rally de Portugal representa muito mais do que uma mera competição desportiva. Constitui um marco anual na vida do nosso concelho, profundamente enraizado na identidade local, mobilizando goienses, visitantes e apaixonados pelo Rally que se deslocam ao nosso território para assistir a uma das classificativas mais emblemáticas, vibrantes e espetaculares da prova. Ano após ano, a transmissão nacional e internacional do Rally de Portugal projeta Góis, as suas paisagens singulares e a hospitalidade das suas gentes, levando o nome do concelho além-fronteiras. O ecoar dos motores pelas encostas da serra, aliado ao entusiasmo de milhares de entusiastas, faz desta prova um momento ímpar de promoção do nosso território. Importa ainda salientar que o Rally em Góis



começa muito antes da partida do primeiro carro. Na noite anterior à Especial, são já centenas ou milhares as pessoas que sobem à serra, convivendo e aguardando com expectativa a chegada da prova. Famílias, grupos de amigos e entusiastas vindos de vários pontos do país reúnem-se em ambiente de festa e partilha, reforçando o carácter único desta tradição. Em Góis, o Rally não é apenas a passagem dos carros: é também o encontro entre gerações, o convívio e a celebração de uma paixão comum. A decisão agora tomada pela Comissão Organizadora coloca em causa uma das mais emblemáticas tradições do Rally de Portugal e fragiliza a relevância da Etapa Especial de Góis no contexto da prova. Acresce que o Rally de Portugal tem um impacto significativo na dinamização da economia local, beneficiando o comércio, a restauração, o alojamento e diversos agentes económicos do concelho. A redução do número de passagens poderá traduzir-se numa diminuição do número de visitantes, que poderão optar por outros locais onde se mantenha a dupla passagem. Assim, o Grupo Municipal do PPD/PSD apresenta a presente proposta de Voto de Lamento pela decisão da Comissão Organizadora do Rally de Portugal, nomeadamente do Automóvel Club de Portugal (ACP), de reduzir o número de passagens na Etapa Especial de Góis, exortando à sua reapreciação em futuras edições, no respeito pela história, pela importância estratégica e pelo valor simbólico que Góis representa para o Rally de Portugal. O presente Voto de Lamento deverá ser remetido: Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Góis, Rui Sampaio; Ao Exmo. Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, Sr. Ni Amorim; Ao Exmo. Sr. Presidente do Automóvel Club de Portugal, Sr. Carlos Barbosa; Ao Exma. Sra. Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Dra. Margarida Balseiro Lopes.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Lamento pela Diminuição do Número de Passagens do Rally de Portugal na Especial de Góis.-----

-----O senhor Vítor Hugo Machado Ribeiro, membro eleito pelo PSD, apresentou a seguinte Moção pela Urgente Recuperação e Valorização da Estrada Nacional 342 na Ligação Góis-Arganil: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Góis, O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) apresenta a “Moção pela Urgente Recuperação e Valorização da Estrada Nacional 342 na Ligação Góis-Arganil”, que visa reiterar e reforçar a profunda preocupação relativamente ao avançado estado de degradação da Estrada Nacional 342 (EN 342), em particular no troço que liga os concelhos de Góis e Arganil, bem como sublinhar a sua inequívoca importância estratégica para toda a região. As recentes intempéries que assolaram a Região Centro do país provocaram impactos profundos no concelho de Góis. Habitações particulares sofreram danos significativos, diversas empresas viram destruídos património, equipamentos e matérias-primas, e várias associações locais perderam meios essenciais de apoio às



populações mais vulneráveis. Neste contexto, a ligação da EN 342 entre Góis e Arganil foi severamente afetada, encontrando-se interrompida, situação que está a causar graves constrangimentos às populações e à atividade económica local. Estes dois concelhos mantêm uma ligação histórica, social e económica muito estreita, verificando-se diariamente uma intensa circulação de pessoas, bens e mercadorias entre ambos os territórios. Atualmente, centenas de cidadãos veem-se obrigados a percorrer trajetos mais longos e por vias com condições menos adequadas para se deslocarem para os seus locais de trabalho e para terem acesso a cuidados de saúde no Centro de Saúde de Arganil. Muitos alunos e alunas passaram a enfrentar tempos de viagem substancialmente superiores para frequentarem a Escola Secundária de Arganil e o Pólo de Arganil do Conservatório de Música de Coimbra. Também as empresas locais suportam agora custos acrescidos decorrentes da necessidade de utilizar percursos alternativos. A tudo isto soma-se o impacto do aumento dos custos dos combustíveis, agravando ainda mais os encargos das famílias e das empresas. Importa igualmente sublinhar que a zona da EN 342 afetada pela tempestade Kristin constitui apenas um dos vários pontos vulneráveis de uma via que, há largos anos, evidencia sinais de degradação estrutural. As intempéries recentes apenas vieram expor e agravar fragilidades já existentes. Mantendo-se a ausência de intervenção profunda, existe o sério risco de novas ocorrências conduzirem ao condicionamento ou corte de outros troços desta estrada, com consequências severas para toda a região. A EN 342 não é apenas uma estrada: é uma infraestrutura essencial para a coesão territorial, para o acesso a serviços públicos, para o acesso à saúde, para a mobilidade estudantil e laboral, para a competitividade empresarial e para a ligação entre comunidades vizinhas. A reunião da Infraestruturas de Portugal com o Conselho Intermunicipal da Região de Coimbra, realizada no dia 21 de abril de 2026, revelou a falta de um calendário concreto por parte da Infraestruturas de Portugal para a urgente intervenção na EN 342. Assim, a presente Moção visa instar as Infraestruturas de Portugal e o Governo de Portugal a promoverem, com carácter de urgência, um projeto técnico e estratégico conducente à execução de um projeto para recuperação urgente da Estrada Nacional 342, aproveitando a necessidade imediata de intervenção para concretizar uma melhoria estrutural e duradoura da ligação entre Góis e Arganil que enderece outras situações emergentes. Nestes termos, a Assembleia Municipal deverá deliberar: Manifestar a necessidade urgente de recuperação e valorização da EN 342; Solicitar às Infraestruturas de Portugal a realização de um estudo técnico para intervenção estrutural nesta via para a recuperação das atuais limitações e outras situações emergentes; Solicitar às Infraestruturas de Portugal a definição de um calendário concreto para a realização da obra; Instar o Governo de Portugal a enquadrar financeiramente esta obra como prioridade regional; Defender uma solução que reforce a segurança



rodoviária, reduza tempos de deslocação e promova a coesão territorial entre os concelhos de Góis e Arganil. A presente Moção deverá ser remetida: Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Góis, Rui Sampaio; Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa; Ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil, Dr. António Gonçalves Cardoso; À Exma. Sra. Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Dra. Helena Teodósio; Ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração Executivo das Infraestruturas de Portugal, Dr. Miguel Cruz; Ao Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro; Ao Exmo. Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. Miguel Pinto Luz; A Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, Dr. António José Seguro.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção pela Urgente Recuperação e Valorização da Estrada Nacional 342 na Ligação Góis-Arganil.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----6. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria conceder a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usaria da palavra sempre que fossem colocadas questões relativas ao exercício da Câmara Municipal. -----

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, referiu que o tema que iria abordar seria sobre a aplicação dos fundos do PRR e a sua taxa de execução no concelho de Góis, por considerar ser um imperativo estratégico da atualidade, com impactos relevantes no desenvolvimento social e económico do nosso concelho e da região. Referiu que o PRR, frequentemente apelidado de "bazuca" europeia, não é apenas um pacote financeiro, poderá ser o último grande fôlego para concelhos como o de Góis, possam combater o isolamento, modernizar as suas infraestruturas e criar condições de fixação de população e atração de investimento. No entanto, a eficácia de um fundo desta natureza não se mede pelas intenções, mas sim pela sua execução concreta no terreno de projetos de investimento. Como todos temos conhecimento desde o início da sua implementação, este Programa possui a data limite de 31 de agosto de 2026 para a sua execução física e financeira, sendo, portanto, com profunda preocupação que analisamos os dados mais recentes relativos à execução do PRR no concelho de Góis espelhados no site do Programa. Quando faltam cerca de 4 meses para o limite do prazo, referiu que o concelho de Góis apresenta uma taxa de execução de 27%. Para contextualizar esta cifra, e olhando para os nossos concelhos vizinhos, referiu que a comparação é no mínimo inquietante: Arganil apresenta 46%; Lousã e Penacova 44%; Vila Nova de Poiares 43% e Tábua 47%; Oliveira do Hospital já atingiu os 56% e a



Pampilhosa da Serra os 61%. Mais grave ainda é a comparação com a média do distrito de Coimbra, que já atingiu a taxa de execução de 68%. Neste sentido, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que algo está manifestamente errado. Pelo que questionou como é que Góis apresenta muito menos de metade da execução média do nosso distrito, bem como porque razão Góis está a ser o elo mais fraco desta cadeia regional. Sublinhou que esta discrepância não pode ser ignorada nem minimizada, estamos a perder o comboio da modernização e do desenvolvimento, por cada euro investido em inovação, habitação, saúde ou proteção ambiental a nível distrital e nacional, Góis está a ficar para trás.-

-----Prosseguiu referindo ser unanime que o PRR é uma oportunidade histórica e talvez irrepetível para territórios de baixa densidade como o nosso, facto que nos causa ainda mais apreensão quando verificamos que projetos contratados e fundamentais para o concelho de Góis possuem na presente data ainda uma taxa de execução 0%, apresentando como exemplos: Remodelação do Centro de Saúde de Góis – com investimento de 790 000€; Condomínio de Aldeia do Município de Góis na Freguesia de Alvares – 200 938€; Equipamento para Unidade de Saúde de Alvares – 92 250€. Apontou que apenas nestes 3 projetos que ainda não tiveram qualquer execução, o concelho de Góis perdeu mais de um milhão de euros, verba que já estava devidamente alocada ao Município de Góis e disponível para ser aplicada ao serviço dos Goienses, o que significa que infraestruturas ou serviços essenciais deixam de ser concretizados por falta de capacidade de execução ou atrasos concursais. Referiu que, acresce o facto, que quando observamos a dinâmica de concelhos limítrofes verificamos que a captação e, acima de tudo, a execução de fundos tem seguido ritmos distintos. Assim e apenas como exemplo podemos referir que no Concelho de Arganil: a Construção do Centro de Saúde – 4 milhões de € em plena execução e a Requalificação da Escola Secundária – 4,5 milhões de € em plena execução; no Concelho da Lousã: a Requalificação da Escola Secundária – + de 9 milhões € em plena execução e a Reabilitação de fogos de habitação - + de 1 milhão em plena execução; no Concelho de Tábua: a Intervenção no Centro de Saúde – 600 000€ em plena execução; a Requalificação da Escola Secundária – + de 5 milhões de € em plena execução e a Reabilitação de fogos de habitação – 200 mil€ em plena execução. Face ao exposto, referiu que constatamos que comparativamente a Góis, existe uma discrepância na velocidade com que estes concelhos estão a converter verbas aprovadas em obras feitas e serviços disponibilizados, e mais que isso verificamos que áreas estruturais como a saúde, a habitação ou a educação não são uma prioridade para o Município de Góis, já que não existe planeamento ou intervenção concreta neste âmbito, nomeadamente ao nível das oportunidades do PRR. Para um território como o nosso, a subexecução de fundos comunitários tem consequências muito mais severas do que num grande centro urbano. Em Lisboa

ou no Porto, o PRR pode ser o acelerador de projetos já existentes; em Góis, o PRR é, muitas vezes, a única via para garantir que os nossos idosos tenham acesso a cuidados de saúde de proximidade, que as nossas empresas sejam competitivas ou que a transição digital chega às nossas aldeias. Concluiu, referindo que não podemos aceitar que concelhos com características geográficas e demográficas semelhantes às nossas — como Arganil ou a Lousã — consigam imprimir um ritmo de execução tão superior. Esta diferença de performance sugere que o problema poderá não ser a falta de oportunidades, mas sim uma possível carência de capacidade técnica ou lentidão política na tomada de decisões, que o calendário rigoroso do PRR não perdoa.-----

-----Face ao exposto, referiu que torna-se imperativo que se clarifique perante esta Assembleia as seguintes questões:-----

-----a) Quais são os estrangulamentos específicos que estão a impedir que a taxa de execução de Góis acompanhe a dinâmica dos concelhos vizinhos e do distrito?-----

-----b) Qual é o plano de contingência para garantir que não haverá perda de verbas por incumprimento de prazos, considerando que o PRR tem um horizonte temporal de execução muito restrito, ou seja, agosto de 2026?-----

-----c) Quais são as medidas alternativas para a execução destes projetos que não serão executados no âmbito do PRR?-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, fez alusão à baixa execução dos projetos municipais submetidos ao PRR, tendo solicitado os esclarecimentos sobre o assunto exposto.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, quando são mencionados concelhos que sinalizaram projetos com valores muito superiores aos do concelho de Góis, entende que a intenção é menorizar a obra ainda não executada e valorizar os projetos sinalizados por outros municípios. Nesse contexto, foi apresentado um exemplo que considera infeliz: o do Centro de Saúde de Arganil, cuja obra se encontra em execução, mas que, contudo, não será concluída dentro dos prazos estabelecidos no PRR. É um facto que o Município de Góis enfrentou problemas na execução do projeto do Centro de Saúde de Góis, mas, relativamente à obra da Extensão de Saúde de Alvares, pretende-se que a mesma esteja concluída até ao termo do prazo estabelecido. Referiu ser do conhecimento geral que, devido às dificuldades existentes na concretização de algumas obras financiadas pelo PRR, está previsto, no âmbito do PTRR, financiamento para essas mesmas intervenções não concretizadas. Sublinhou ainda que o PTRR será apresentado no dia seguinte, em Lisboa, cerimónia para a qual foi convidado. Acresce que existiram



algumas dificuldades na obtenção de respostas por parte das entidades responsáveis pela elaboração de alguns dos projetos, o que criou constrangimentos efetivamente impossíveis de recuperar. Relativamente ao Condomínio de Aldeia do Município de Góis, na Freguesia de Alvares, referiu que, presentemente, não dispõe de informação suficiente que lhe permita prestar os devidos esclarecimentos, pelo que solicitou à senhora Chefe da DGUPA que se pronunciasse sobre o assunto em questão. Foram igualmente sinalizadas algumas situações para apresentação de candidaturas que, em função das características dos edifícios identificados, não puderam ser validadas, tendo, para o efeito, sido prestados os devidos esclarecimentos. Reconheceu as dificuldades com que o Município de Góis se deparou na execução destes projetos, referindo que estão a ser envidados esforços para que estes investimentos, nomeadamente os da área da saúde, possam vir a ser concretizados no âmbito do PTRR.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, apesar de as Chefias da Câmara Municipal que se encontram a assistir à presente sessão poderem usar da palavra no respetivo lugar, poderão também, se assim o entenderem, dirigir-se ao púlpito.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA relativamente às questões apresentadas, referiu que, presentemente, não dispõe de dados concretos que lhe permitam prestar um esclarecimento minucioso, salientando que fará chegar essa informação oportunamente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal para enquadrar a situação relativa às dificuldades existentes na concretização de obra, referiu que foi solicitado um orçamento para a realização de trabalhos numa habitação propriedade da Câmara Municipal, cuja avaliação técnica rondava os trinta mil euros. Acrescentou que, contactadas várias empresas, nenhuma se disponibilizou a executar os trabalhos pelo valor indicado, sendo que, após diligências, a obra acabou por ser aceite por esse mesmo valor. Referiu, ainda, que a intervenção se irá realizar dentro do prazo estabelecido. -----

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, relativamente à questão do Condomínio de Aldeia do Município de Góis referiu que no site no PRR está sinalizado como sendo na Freguesia de Alvares. Ainda no âmbito da sua intervenção, referiu não ter tido qualquer intenção de menorizar o Município de Góis, sublinhando que, sendo os projetos de natureza distinta dos de outros municípios, também apresentam montantes diferentes associados. Acrescentou que apenas fez essa menção no sentido de evidenciar que, se esses municípios conseguiram implementar projetos daquela dimensão, o Município de Góis também o poderia ter feito, ainda que à sua escala.-----

-----O senhor Rui Manuel Pereira da Silva, membro eleito pelo PSD, felicitou a Filarmónica Varzeense – FILVAR pela excelente participação na XXIIª edição do Oito Badaladas – Festival de Tunas, realizado no dia



21.02.26. Felicitou também a Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis pelo espetáculo conjunto com a Filarmónica da Pampilhosa da Serra com que brindou todos quantos se associaram ao concerto comemorativo do 93º aniversário do seu Ressurgimento, felicitações extensivas aos músicos e maestrina e aos dirigentes da Filarmónica da AERG. Ainda sobre a arte musical felicitou o João Alvarinhas trombonista na FILVAR, jovem goiense que foi selecionado para o estágio da Orquestra Jovens Conservatórios Oficiais de Música, realizado no Funchal, ilha da Madeira. Apresentou, também, uma palavra de reconhecimento à jovem Bianca Martins percussionista da Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis que participou no Concurso Jovem.com 2026, realizado no Funchal, tendo demonstrado o seu talento musical e empenho. De seguida, endereçou congratulações à Lousitânea pela realização de mais uma Corrida de Entrudo nas Aldeias do Xisto. Ainda no ramo do associativismo parabenizou os recentes órgãos sociais eleitos de muitas associações/coletividades do concelho salientando os diversos eventos que têm promovido ao longo do ano, fazendo menção ao dinamismo com que as associações de juventude do concelho têm exercido o seu papel junto da comunidade jovem. Fez ainda menção ao almoço solidário do Jornal O Varzeense sob o lema “o jornal somos todos nós”, quem escreve e quem lê, sendo este um dos mais importantes meios de comunicação da vida goiense agradecendo o trabalho desenvolvido na divulgação das notícias do nosso território. Terminou, destacando a nomeação da primeira mulher Chefe no Corpo dos Bombeiros Voluntários de Góis, a senhora Ana Antunes, fazendo votos de muitos sucessos no desempenho do cargo, traduzindo-se esta nomeação naquelas que foram as conquistas de abril.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito PS, referiu tomar hoje a palavra nesta Assembleia para dar voz a quem tem sido sucessivamente esquecido e ignorado pela Câmara Municipal de Góis: os habitantes da zona de Bordeiro. Referiu que, Bordeiro é, hoje, o retrato de uma aldeia votada ao esquecimento por parte Município. Mesmo sabendo que algumas das situações não são responsabilidade direta da Câmara Municipal ou deste Executivo. Outras Entidades e outros Executivos também são responsáveis ao estado em que chegou esta zona do concelho. Mas quando se trata de problemas na qualidade de vida dos munícipes, a Câmara Municipal terá sempre uma palavra a dizer e não podemos permitir que, no nosso concelho, existam munícipes de primeira e munícipes de segunda. Face ao exposto, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara referindo que a situação em Bordeiro atingiu um limite insustentável, e passou a elencar a crua realidade com que aquelas pessoas convivem diariamente:-----

-----a) Em primeiro lugar, o colapso da rede de abastecimento de águas. Nos dias que correm estar cinco

dias seguidos sem água nas torneiras é algo inadmissível. Falamos de uma rede obsoleta, com tubagens antigas, provavelmente, ainda com tubos em fibrocimento o que resulta em ruturas constantes e reparações que são meros "pensos rápidos". A pressão da água é cronicamente baixa. Esta negligência não afeta apenas a higiene e a dignidade diária dos habitantes, mas causa prejuízos também às empresas de ali instaladas. Como podemos nós falar em atrair investimento e dinamizar o turismo, se não conseguimos sequer garantir água nas torneiras para receber quem nos visita? E estaremos a falar em cerca de uma dezena de alojamentos turísticos existentes neste local. -----

-----b) Em segundo lugar, a falta de saneamento básico. Como se não bastasse a falta de água, Bordeiro sofre com a ausência de uma infraestrutura que deveria ser um direito básico: a rede de esgotos. Em pleno século XXI, é incompreensível que os habitantes desta aldeia continuem sem acesso a saneamento básico, dependendo de soluções precárias. Sabemos que atualmente a responsabilidade destes dossiers são da APIN, mas a Câmara Municipal tem o dever imperativo de exigir uma rápida resolução destas infraestruturas básicas. -----

-----c) Em terceiro lugar, o estrangulamento da rede elétrica. O Posto de Transformação (PT) da E-Redes que serve a aldeia encontra-se em sobrecarga contínua. O resultado prático desta inércia é que não são permitidas novas ligações à rede elétrica. Pergunto como é que uma aldeia pode crescer? Como é que uma família ou empresa se pode fixar em Bordeiro, se lhe é negado o acesso à eletricidade? A Câmara Municipal não se pode desculpar com a E-Redes; tem o dever imperativo de interceder, pressionar e exigir a resolução imediata deste bloqueio junto da entidade competente.-----

-----d) Em quarto lugar, a ameaça à saúde pública nas ruas da aldeia. Agravando o cenário de insalubridade gerado pela falta de saneamento, as ruas de Bordeiro encontram-se frequentemente repletas de dejetos de animais. Há falta de limpeza e de ação por parte das entidades competentes. Estamos a falar de higiene urbana básica e de um risco real para a saúde pública das populações, que se veem obrigadas a conviver com a sujidade à porta das suas casas."-----

-----Por fim, fez menção ao estado deplorável das infraestruturas rodoviárias. Referiu que esta zona tem, muito provavelmente, as piores estradas de todo o concelho de Góis. Inclusivamente uma estrada recentemente requalificada já apresenta abatimento do pavimento causando entraves aos habitantes de chegarem em segurança a suas casas. Falou da estrada que liga S. Martinho a Outeiro e Piães. E, aproveitando este assunto evidenciou a enorme gravidade do encerramento da EN342 que liga Góis à Arganil, já aqui falada, apelado ao senhor Presidente que sejam realizadas todas as diligências ao seu alcance, no sentido de pressionar as Infraestruturas de Portugal a atuar rapidamente. Referiu que se



aproximando o Rali de Portugal, em breve teremos a época dos incêndios e seria de vital importância que a estrada estivesse novamente em funcionamento. Concluiu, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal realçando que os habitantes e empresas desta zona merecem infraestruturas condignas. Merecem um Executivo que trabalhe para eles. Precisamos de respostas concretas e acima de tudo ações que possam corrigir estes entraves e que a qualidade de vida digna possa ser reposta a esta população.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu concordar absolutamente com o que foi proferido salientando que o 25 abril deu-nos liberdade para fazer uma breve pesquisa no Google e verificar que as afirmações ora proferidas não passam de demagogia. Sublinhou não existir nenhuma assembleia, a falar como pretende, a não ser a de Lisboa que tem um microfone por membro, porém como já teve oportunidade de explicar a aquisição do equipamento necessário é superior aos vinte mil euros, porém não é de todo uma prioridade para os nossos trabalhos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito pelo PS, nas suas intervenções tende a “dourar a pílula”, elencando algumas situações que, na sua perspetiva, não correspondem à verdade ou, pelo menos, não traduzem a realidade que deve ser apresentada. Em relação à questão de Bordeiro ter caído no esquecimento e à alegada existência de munícipes de primeira e de segunda, sublinhou que o tratamento prestado é igual para todos os munícipes. Relativamente à rede de abastecimento de águas, referiu nunca lhe ter sido reportado que tivesse ocorrido uma situação de cinco dias sem abastecimento. Acrescentou que, na qualidade de munícipe e dispondo do contacto do Presidente da Câmara Municipal, teria sido mais adequado que tivesse contactado e exposto a situação, em vez de aguardar para a apresentar em sede de Assembleia Municipal. Em relação ao saneamento básico, referiu ser do conhecimento do membro que, quando a Câmara Municipal celebrou o contrato de gestão com a APIN, existia a obrigatoriedade de sinalizar investimentos para o concelho de Góis, com base em projetos existentes, de forma a permitir a sua concretização. Acrescentou que a APIN, no início da sua constituição, apresentou uma candidatura a fundos comunitários para a realização deste tipo de intervenções, tendo as mesmas sido executadas com base nos projetos apresentados pelos municípios. Referiu que, desde então, a APIN não voltou a efetuar investimentos em saneamento básico, não estando presentemente previsto qualquer tipo de investimento nesta área. Acrescentou que ficaram por concretizar alguns investimentos, entre os quais o previsto para o concelho de Góis, no valor superior a um milhão de euros, designadamente a rede de saneamento em Ponto de Sótão, intervenção que resultou de três procedimentos concursais que ficaram

desertos. Referiu ainda que se pretende, atualmente, que esta intervenção seja enquadrada no ciclo urbano da água, com recurso a fundos comunitários. Em relação à saúde pública e aos dejetos de animais, referiu que os detentores de animais de companhia que os passeiam na via pública têm a obrigação de proceder à recolha dos respetivos dejetos, acrescentando que, caso existam animais errantes em Borgeiro, existe igualmente a obrigação de sinalizar essas situações. Acrescentou ainda que o Município promove, anualmente, uma campanha de esterilização gratuita de animais de companhia, nomeadamente cães e gatos, e que também procede à captura e esterilização de animais errantes, sublinhando que cabe a todos sinalizar estas situações, de forma a permitir a devida intervenção. Relativamente às infraestruturas rodoviárias salientou que trazer o assunto sobre a estrada de S. Martinho a Outeiro e Piães tendo conhecimento que a estrada colapsou encontrando-se a ser realizados os trabalhos de reposição, pelos serviços externos da autarquia, para que posteriormente se coloque o betuminoso. Acresce a esta situação o facto de os Municípios terem sido somente informados, na passada semana, do valor que iria ser disponibilizados para se fazer as intervenções dessa natureza. -----

-----Relativamente à EN342, referiu tratar-se de um assunto que tem estado na ordem do dia e que tem sido amplamente debatido em diversas reuniões. Acrescentou que o tema foi igualmente abordado na última reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, na qual esteve presente o senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal, I.P., tendo este comunicado que o projeto da EN342 deverá estar concluído até ao final do mês de junho, prevendo-se que o lançamento da empreitada e o início da respetiva obra ocorram até ao final do presente ano. Referiu ainda que, junto do responsável da Infraestruturas de Portugal, I.P. no distrito de Coimbra, foi agendada a sua presença no Município, no dia 04.05.2026, com vista à análise, in loco, de uma solução alternativa que permita mitigar o impacto atualmente existente ao nível da circulação nesta infraestrutura.-----

-----O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho, membro eleito pelo PSD, referiu que, apesar de nesta sessão a EN342 já ter sido objeto de diversas intervenções, também deseja manifestar a sua revolta pelo facto de esta via de comunicação não reunir, há já algum tempo, as condições adequadas de circulação. Salientou que, quando se reivindicam e ambicionam melhores vias de acesso para o concelho, verifica-se precisamente o contrário, encontrando-se uma das principais vias condicionada ao trânsito. Lamentou ainda que os responsáveis políticos do país não olhem para o território como deveriam, esquecendo constantemente o interior, apesar de afirmarem publicamente o contrário, considerando que, no dia a dia, demonstram exatamente esse abandono.-----

-----Prosseguiu referindo que, aquando da tempestade KRISTIN, o rio Ceira foi amplamente referido e



apelidado de “selvagem”. Nesse contexto, afirmou ter surgido a ideia de desafiar o Município a aproveitar essa designação como forma de promoção do rio e das praias fluviais do concelho. A título de exemplo, sugeriu alguns slogans, tais como: “Já deste um mergulho no selvagem?” ou “Tens coragem para mergulhar no selvagem?”. Referiu ainda que o Município de Góis poderia equacionar a promoção de um concurso destinado à criação de um novo slogan promocional para Góis, tendo a palavra “selvagem” como elemento central da campanha.-----

-----A senhora Lara Sofia Dias Baeta, membro por inerência eleito pelo PS, referiu que o Município de Góis recebeu a quantia de 525.000,00 € destinada à recuperação dos danos causados pela tempestade KRISTIN. Nesse sentido, considerando que a freguesia de Alvares foi a mais afetada pela intempérie, questionou onde está prevista a aplicação do referido montante no concelho e, em particular, na freguesia de Alvares. Relembrou que o troço Portela do Torgal – Fonte dos Sapos continua condicionado à circulação de veículos pesados e apresenta condições medíocres para a circulação de viaturas ligeiras, situação que tem vindo a prejudicar particulares e empresas. Salientou que a reabilitação daquele troço é da responsabilidade do Município de Góis, considerando que esta situação não se pode prolongar ilimitadamente no tempo. Referiu que, no início do presente mês, a Junta de Freguesia de Alvares em parceria com a Comissão de Melhoramentos de Casal Novo, a Sociedade de Melhoramentos de Roda Cimeira, a Comissão de Melhoramentos de Roda Fundeira e Relva da Mó, elaborou um manifesto relativo à requalificação da estrada municipal que liga a EN2 à Relva da Mó, dirigido ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Nesse sentido, questionou se existe alguma solução prevista para a situação exposta ou se a posição do Município será a de manter uma postura inerte perante o problema. Relativamente à Volta do Lapão e ao posto de farmácia na freguesia, solicitou informação sobre o ponto de situação de ambas as matérias.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao montante em questão, referiu que o mesmo foi recentemente rececionado, traduzindo-se “numa gota no oceano” face ao valor total dos prejuízos sinalizados pelo Município, os quais ascendem a cerca de 3.500.000,00 €. Acrescentou que “as migalhas são poucas para distribuir”, mas assegurou que o montante disponível será canalizado para os locais prioritários, designadamente para as vias municipais que necessitam de intervenção urgente para reposição das condições de circulação rodoviária, garantindo que essas intervenções serão efetuadas. Em relação à estrada da Relva da Mó, referiu que a situação se encontra sinalizada, porém, no momento, não existe previsão nem projeto para intervenção. Acrescentou que, logo que seja possível avançar com a



mesma, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alvares será devidamente informada. Em relação ao posto de farmácia, referiu ser do conhecimento que a Câmara Municipal já solicitou, a quem de direito, a criação dessa valência. Acrescentou que, não obstante a insistência e a reiteração do pedido, até à data ainda não foi obtida qualquer resposta por parte da entidade competente.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado, membro por inerência eleito pelo PSD, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a intervenção necessária na Praia das Canaveias, bem como se se encontra programada a limpeza das margens do Rio Sótão e do Rio Ceira.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ser do conhecimento de todos a existência de um conjunto de danos provocados nas praias fluviais do concelho, designadamente na Praia Fluvial da Peneda, onde, em breve, irão ser efetuadas intervenções, de forma a que esta zona balnear possa estar em condições de acolher visitantes no mês de junho. Acrescentou que, na Praia Fluvial das Canaveias, existem igualmente várias situações prioritárias que carecem de resolução, devendo as mesmas estar concluídas antes do início da época balnear. Em relação à limpeza das margens, referiu que ainda não se encontram sinalizados esses trabalhos. Informou que, nesta matéria, contactou a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de solicitar a deslocação de um técnico aos locais, para que seja possível apurar de que forma poderão ser realizados os trabalhos necessários e quais os respetivos apoios disponíveis para o efeito. Acresce que, fruto das últimas intempéries, foram já sinalizadas as necessidades existentes, contudo, até à data, ainda não foi atribuído qualquer apoio financeiro para o efeito. No último CI foi solicitada a presença do senhor Presidente da APA na próxima reunião, com o objetivo de prestar alguns esclarecimentos relativamente aos financiamentos que estão a ser atribuídos a alguns Municípios, verificando-se que, noutros casos, apesar de também terem ocorrido problemas nas linhas de água, não foi atribuído qualquer apoio. Acrescentou ainda que, até à data, não foi rececionada qualquer comunicação que permita esclarecer estas situações.-----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que esta sua primeira intervenção teria como objetivo colocar um ponto de ordem à Mesa. Referiu que no Regimento da Assembleia Municipal, o artigo 17º - Ordem do dia, nos pontos 4. e 5. Refere que “4. *A ordem do dia é entregue a todos os membros através de correio eletrónico ou, mediante manifestação expressa do membro da Assembleia Municipal, por carta, com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data de início da sessão.* 5. *Juntamente com a ordem do dia deverão ser enviados todos os documentos que habilitem os membros da Assembleia a participar na discussão das matérias dela constante.*”, salientando que as palavras proferidas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal nesta matéria



poderão eventualmente encontrar enquadramento na legislação aplicável, contudo não constam do Regimento da Assembleia Municipal. O Regimento da Assembleia Municipal prevê que os seus membros possam receber a convocatória por carta, sendo que a mesma é acompanhada pelos respetivos documentos. Assim, sendo a convocatória acompanhada de documentos, deverá necessariamente ser remetida por via postal em suporte papel, e não por correio eletrónico. Pelo que não correspondem às palavras proferidas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido transmitida a ideia de que se deveria adotar procedimentos mais modernos. Contudo, salientou que não deve ser descurado o facto de poderem existir membros que, tendo sido eleitos de forma igualmente democrática, possam não ter apetência ou conhecimentos suficientes para o uso de meios informáticos. Nesse sentido, entende que os membros devem ter o direito, caso assim o pretendam, de receber os documentos em suporte papel. Sublinhou que não se opõe à modernização dos procedimentos nem à redução do consumo de papel, reconhecendo essa como uma medida desejável. Contudo, entende que tal não pode constituir impedimento ao direito de os membros receberem os documentos em suporte papel, caso assim o solicitem ou entendam.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal concordou com as palavras proferidas pelo senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referindo não ter compreendido a intervenção, uma vez que, na sua intervenção, foi referido que não é obrigatório o envio dos documentos por correio eletrónico, não sendo, em momento algum, limitada a participação de qualquer membro por maior ou menor familiaridade com as tecnologias. Sublinhou ainda que o Regimento da Assembleia Municipal é claro quanto à forma de envio dos documentos, prevendo a sua remessa por correio eletrónico ou em suporte papel.-----

-----Dada a palavra o senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que não foram essas as palavras anteriormente proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas sim a existência de legislação que admite a possibilidade de a documentação ser remetida exclusivamente em formato digital.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, possivelmente, se terá feito interpretar mal, esclarecendo que a legislação apenas obriga ao envio dos documentos com a antecedência mínima de dois dias úteis antes da sessão, não fazendo qualquer referência à forma de envio dos mesmos. Para o efeito, exemplificou com outros órgãos deliberativos que utilizam exclusivamente o formato digital e outros que optam por imprimir uma versão para consulta. Agradeceu ainda o facto de ser dada prioridade à receção da documentação em formato digital, pelo que, relativamente ao que foi expresso pelo senhor



Diamantino Jorge Simões Garcia, apresentou as suas desculpas.-----

-----Dada a palavra senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que poderá ter interpretado mal a situação. Após cumprimentar os presentes e quem acompanha a sessão online, referiu entender que o tempo destinado à apresentação de saudações não deveria ser contabilizado. ----

-----Seguidamente referiu que, na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em dezembro de 2025, apresentou três questões, a qual pretende, agora, voltar a colocar, com o objetivo de obter informação sobre o eventual desenvolvimento das mesmas. -----

-----A primeira questão prende-se com a base de dados da DGUPA, pretendendo saber se a mesma já se encontra em funcionamento, ou seja, se os munícipes ou qualquer cidadão que o deseje já podem ter acesso direto às cartas. Referiu que, na sessão de dezembro, lhe foi transmitido que tal acesso estaria disponível em breve, pelo que importa agora saber se, presentemente, esse acesso direto já se encontra efetivamente operacional.-----

-----A segunda questão prende-se com os projetos de obras particulares, pretendendo obter informação sobre o número de processos que, presentemente, se encontram em análise nos serviços, bem como as respetivas datas de entrada.-----

-----A terceira questão incide sobre o PDM e a zona de litígio, questionando, no que respeita à delimitação das fronteiras entre os municípios da Lousã e de Góis, se houve entretanto algum avanço no processo. Nesse sentido, pretende saber se já se realizaram reuniões com vista à obtenção de consenso e à eventual celebração de um acordo, ou, caso contrário, se deu entrada em tribunal alguma ação por parte do Município de Góis com vista à reivindicação da área que alegadamente lhe terá sido retirada. Uma outra questão prende-se com a zona de litígio, pretendendo saber se já foi efetuado algum licenciamento, seja de construção ou de reflorestação. No caso de tal ter ocorrido, questiona qual o Município que procedeu ao respetivo licenciamento e de que forma foi processado o processo administrativo em causa.-----

-----Prosseguiu referindo sendo a área florestal muito importante para o concelho, não apenas pela atividade económica, mas também pela empregabilidade que gera e pelo impacto na economia local, sublinhou que, apesar de não ser contra a plantação de eucaliptos, tem plena consciência de que existe um excesso desta espécie no concelho. Entende, por isso, que aquilo que falta à floresta é, sobretudo, um adequado ordenamento do território. Pelo que entende que a Câmara Municipal deve assumir uma atuação mais ativa na promoção do diálogo e na criação de pontes com os empresários do setor florestal, uma vez que estes nem sempre são bem vistos por todos. Referiu que, designadamente, a utilização das



estradas florestais por veículos pesados contribui para a sua degradação, motivo pelo qual considera essencial um maior entendimento e articulação entre as partes. Contudo, salientou que muitas vezes se ignora que, para o exercício da sua atividade ao longo do ano, estes profissionais dispõem de um período reduzido de intervenção, sendo obrigados a trabalhar sobretudo no período invernal, uma vez que, devido ao risco de incêndio, não podem operar durante a época de maior calor. Nesse sentido, considerou que tal circunstância justifica alguns dos danos visíveis, ainda que não se justifique que os mesmos não sejam posteriormente repostos. Pelo que, na sua ótica, e a título de sugestão, propôs que fosse efetuado um acompanhamento das operações dos extratores de madeira no concelho, não numa lógica de fiscalização punitiva, penalização ou aplicação de coimas, mas sim de monitorização, com o objetivo de perceber se, após a extração da madeira, os terrenos são devidamente limpos e se os caminhos são posteriormente reparados. Referiu que a sua proposta poderá parecer utópica, reconhecendo que, em determinadas situações, a Câmara Municipal poderá, em articulação e acordo com os empresários do setor, aproveitar a presença da maquinaria em operação para, em simultâneo, promover a execução de algumas melhorias em determinados caminhos.-----

-----Relativamente à pesca, referiu que este rio já foi truteiro e que existe também o Parque da Monteiro – Ciclo da Truta, bem como alguns pratos confeccionados com este peixe, sendo exemplo disso os croquetes de truta e a truta do Sinhel, sendo a truta promovida gastronomicamente durante um fim de semana no concelho. Nesse sentido, questionou porque razão ainda não se procedeu ao repovoamento do rio e porque motivo não se tem aproveitado a pesca à truta, prática realizada no inverno, como forma de atrair mais visitantes e praticantes de pesca desportiva a Góis, contribuindo assim para a dinamização da economia local.-----

-----Relativamente à caça, referiu que, apesar de não ser caçador e de não apreciar a atividade venatória, tem conhecimento do protocolo celebrado entre o Município de Góis e a Associação de Caça e Pesca de Góis. Sublinhou não concordar com o facto de a Câmara Municipal não ser a entidade gestora da caça no concelho, por entender que os objetivos de uma associação de caçadores não são coincidentes com os do Município. Considerou, por isso, que a gestão e o ordenamento da caça são matérias importantes e de grande seriedade, que exigem uma abordagem própria e estruturada. Referiu ainda entender que, na sua perspetiva, a maioria das pessoas que participam na caça atualmente não o fazem no espírito tradicional da atividade, mas antes numa lógica de “abate”, distinguindo essa prática daquilo que considera ser o verdadeiro sentido da caça. Recordou que, no passado, a caça era vivida como um momento de convívio e partilha entre participantes, enquanto atualmente, em alguns casos, se sabe da

localização de um javali e procede-se de imediato ao seu abate. Acrescentou, em tom crítico, que num futuro poderia até imaginar-se a utilização de meios de abate à distância, por telecomando, comparando a situação a uma espécie de “caçar ou pescar dentro de um aquário”. Sublinhou que se trata exclusivamente da sua opinião pessoal sobre estas matérias e que não pretende que as suas palavras sejam interpretadas como ofensivas. Referiu a existência de um trabalho meritório e de extrema importância que está a ser desenvolvido pela Associação de Caça e Pesca de Góis no âmbito do controlo das populações de gamos, veados e javalis. Sublinhou a preocupação não só pelos danos que os javalis provocam nas culturas agrícolas, mas também pela degradação de muros de pedra solta existentes no território, constituindo um impacto significativo no património rural do concelho. Referiu ainda ter-se apercebido de que muitos dos cevadouros são colocados a curta distância das localidades, quando, no passado, eram instalados a uma distância considerável das aldeias, precisamente para afastar essas espécies dessas zonas. Entende que, atualmente, a sua colocação, demasiado, próxima das povoações contribui para a atração dos animais para junto das áreas habitadas, originando danos nas culturas agrícolas. Considerou, por isso, preocupante a devastação da agricultura de subsistência e também dos muros de pedra existentes nos terrenos rurais.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à base de dados referiu que a senhora Chefe da DGUPA iria proceder aos devidos esclarecimentos. No que concerne aos projetos de obras particulares, referiu que foi solicitada pelos senhores Vereadores do PS, na última reunião da Câmara Municipal, informação sobre essa matéria, pelo que se trata igualmente de uma questão cujo esclarecimento será prestado pela senhora Chefe da DGUPA. Em relação à delimitação de fronteiras referiu que como é do conhecimento do senhor Diamantino Jorge Simões Garcia o Município da Lousã tem um novo Executivo em funções, tendo o assunto já sido abordado, embora ainda não tenha havido possibilidade de o tratar com o devido aprofundamento e na forma como deve ser analisado. Em relação à questão do licenciamento, referiu a situação da Lusiaves, indicando que a informação de que dispõe é a de que a CCDRC aguarda uma declaração do Município da Lousã, no sentido de reconhecer que o espaço onde será realizado o investimento se integra no território do concelho de Góis. Acrescentou que, nesse contexto, o licenciamento será da competência do Município de Góis. Ainda sobre a citada declaração referiu a existência de dúvidas sobre de quem é a competência para autorizar a emissão dessa mesma declaração, tendo sido para o efeito solicitado à CCDRC que se pronuncie nesta matéria, aguardando resposta para que se possa avançar. Em relação à questão da floresta e da importância que tem no nosso território concorda plenamente com as palavras proferidas, porquanto vão ao encontro da forma como o Município

tem tratado a floresta e as diversas ações que tem levado a efeito, não só em termos da limpeza das faixas de gestão de combustível, mas também na implementação dos condomínios da aldeia. Presentemente, reside ainda um problema que incide com o impacto da tempestade, a desobstrução e caminhos florestais. Referiu que aquando a sua presença numa reunião promovida pelo senhor Ministro da Administração Interna foi informado que já estariam desobstruídos 1700 km de estrada, sendo que 400 km seriam no concelho de Góis, ou seja, nós também cuidamos da floresta na vertente da responsabilidade do Município sendo este um trabalho que se faz porque temos também essa preocupação. Em relação à questão dos eucaliptos, referiu que as plantações autorizadas pela Câmara Municipal resultam de pareceres solicitados pelo ICNF, sendo esta a entidade competente para a respetiva autorização. No entanto, a Câmara Municipal é chamada a emitir parecer no âmbito desses processos, acrescentando que, quando o pedido se enquadra em situações de rearboreização, normalmente não resulta na emissão de parecer desfavorável. Quanto à questão dos empresários florestais, informou que já foi proposta, em sede de CI, a elaboração de um regulamento de âmbito intermunicipal, aplicável a todos os Municípios, com vista à monitorização das atividades desenvolvidas no setor. Este instrumento permitirá ao Município ter conhecimento dos trabalhos efetuados e da forma como são realizados, bem como do estado em que ficam as áreas intervencionadas e as estradas após a sua execução. Acrescentou tratar-se de um documento que se encontra atualmente em fase de elaboração pela CIM Região de Coimbra. Em relação à questão da pesca, informou que foram rececionadas duas manifestações de interesse para a realização de duas atividades num futuro próximo, estando o assunto a ser devidamente tratado.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA relativamente à disponibilização das plantas do PDM, referiu que se mantém o mesmo sistema, estando estas disponíveis na página do Município e também no SNIG. Acrescentou que estão a ser tomadas diligências no sentido de melhorar este processo, pelo que, apesar da existência de alguns constrangimentos, a informação se encontra disponível.-----

-----Dada a palavra o senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu tratar-se exatamente da mesma resposta já anteriormente prestada na sessão de dezembro.-----

-----A senhora Chefe da DGUPA referiu que foram efetuados contactos com a CIM Região de Coimbra no sentido de que as plantas passem a ser disponibilizadas através do Portal Geográfico. Acrescentou ainda que foram solicitados orçamentos para a eventual aquisição de uma plataforma digital, com vista à melhoria do acesso e da disponibilização da informação.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado, membro por inerência eleito pelo PSD,



relativamente à questão da caça informou que poderia proceder a algum esclarecimento, caso entendessem ser pertinente, em virtude de ser o Presidente da Associação de Caça e Pesca de Góis.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao membro a disponibilidade, porém informou não haver necessidade de qualquer esclarecimento adicional.-----

-----O senhor Vítor Hugo Machado Ribeiro, membro eleito pelo PSD, iniciou a sua intervenção manifestando uma palavra de apreço ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa de melhoria das condições de transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, a qual foi reconhecida por diversas pessoas que acompanham as sessões remotamente. Referiu que, anteriormente, havia relatos de dificuldade em identificar quem estava a intervir, uma vez que o plano de imagem era amplo em toda a sala, sendo apenas perceptível a voz. Considerou que a medida implementada na sessão anterior e mantida na presente veio melhorar significativamente essa situação, permitindo ainda a identificação do nome do interveniente e da respetiva bancada. Agradeceu aos Técnicos do Município de Góis pela colaboração na implementação destas novas medidas. Agradeceu ao senhor Ricardo Ventura o convite dirigido à bancada do PSD sendo um reconhecimento daquele que foi o trabalho do PSD naquela que foi a revisão do Regimento da Assembleia Municipal. No entanto, lamentou que, na ocasião dada para se efetuar essa revisão, o PS não tenha contribuído de forma mais profícua para a discussão do Regimento da Assembleia Municipal na sessão que ocorreu no mês de novembro de 2025. -----

-----No âmbito da atividade do Município de Góis, referiu desejar mencionar alguns dos eventos e acontecimentos que considera mais relevantes. Destacou a recente iniciativa do Município de Góis, realizada no passado dia 17 de abril de 2026, que visou reconhecer as diversas empresas premiadas no âmbito dos galardões do Ranking das 1500 Maiores Empresas do Distrito de Coimbra, do Ranking das 500 Maiores Empresas Exportadoras do Distrito de Coimbra e do Ranking das 500 Maiores Empresas de Construção Civil e Obras Públicas do Distrito de Coimbra, com base nos resultados referentes ao exercício de 2024. No total, foram reconhecidas 16 empresas, que representavam, no ano de 2024, cerca de 200 postos de trabalho e totalizaram um volume de negócios de cerca de 32 milhões de euros. Deixo ainda uma palavra de apreço à Iberinform e ao Diário de Coimbra pela iniciativa de organizarem estes galardões de reconhecimento. Destacou, também, a participação do Município na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, no âmbito do stand da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC). Ao longo deste evento, foram desenvolvidas diversas ações promotoras de Góis, como a divulgação da Concentração Internacional Mototurística, organizada pelo Góis Moto Clube e aproveitou até para deixar uma saudação



aos novos órgãos sociais, do Festival Chronosphere e da Corrida do Entrudo das Aldeias do Xisto do Concelho de Góis, organizada pela Lousitânea. Deixo ainda nota dos múltiplos showcookings e degustações de produtos regionais de Góis. Endereçamos os parabéns ao Executivo Municipal, a todos os técnicos do Município e a todas as entidades presentes pela representação de Góis na BTL, onde puderam dar a conhecer o melhor que o nosso concelho tem para oferecer. Destacou ainda, as diversas iniciativas do Município de Góis no âmbito das celebrações da Páscoa, nomeadamente através da iniciativa gastronómica Góis com Mel, no âmbito da Páscoa de Sabores, e do Mercado de Páscoa. Deixamos um agradecimento a todas as entidades que se associaram a estes eventos dinamizados na vila de Góis. Fez alusão aos recentes reconhecimentos recebidos pelo Município de Góis, nomeadamente a Bandeira Mérito Social 2026 e o Galardão Autarquia Voluntária 2025. Estes prémios reconhecem o esforço e compromisso do Município de Góis na sua ação junto das populações.-----

-----De seguida, endereçou uma palavra de reconhecimento ao Município de Góis pela aposta na melhoria das acessibilidades e da circulação de peões na vila de Góis, com a melhoria dos acessos aos passeios e passeadeiras em toda a vila, correspondendo a um anseio há muito manifestado pelos goienses. Apresentou uma nota para o programa de comemorações do 52.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, que incluiu a sessão solene e outras iniciativas, como concertos e exposições, aproveitando este momento para uma palavra de reconhecimento aos intervenientes da sessão solene e aos diversos momentos artísticos. O concelho de Góis recebeu, no dia 31 de março de 2026, a visita do Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, destinada a acompanhar os trabalhos de limpeza e desobstrução da rede viária florestal, severamente atingida pelas intempéries de janeiro e fevereiro. A visita incluiu uma passagem pela zona da Aigra Velha, onde se têm concentrado várias intervenções nos últimos anos. Destacamos ainda o início da empreitada referente ao Parque de Lazer da Selada, em Cortes, um investimento importante para a valorização transversal do nosso território.-----

-----No âmbito desportivo, apresentou um conjunto de reconhecimentos, ou seja, a realização da IX Edição do Passeio Turístico Rota das Colmeias, organizado pela União Progressiva da Freguesia do Colmeal, no passado dia 29 de março de 2026, que uma vez mais atraiu centenas de aficionados do todo-o-terreno à União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Na mesma linha, destacou a realização da 17.ª edição do Passeio Rota das Colmeias, o passeio todo-o-terreno que juntou centenas de entusiastas para percorrer diversos trilhos na freguesia de Alvares, no passado dia 15 de março de 2026. Mencionou que o Pavilhão Gimnodesportivo de Góis acolheu, nos dias 17 e 18 de abril, o II Torneio de Badminton de Clubes Não Seniores by Mariano Ramos, um evento desportivo que contou com a presença de cerca de



215 atletas, em representação de 26 clubes de todo o país. De igual forma, fez referência à prova de trail “AXTrails Series 2”, que se realizou no dia 19 de abril e que teve o seu início na aldeia de Ponte do Sótão. Uma vez mais, fica demonstrado o potencial do nosso território para a organização de diversos tipos de eventos desportivos, sendo estes de vital importância para a dinamização da economia local e divulgação do nome de Góis. Por fim, deixo uma palavra de reconhecimento a todos os atletas pelos resultados desportivos obtidos nas mais diversas modalidades, desde o trail ao judo, ao futebol, entre modalidades. Mais em particular, dirigiu uma palavra de congratulações para Paula Neves, dos Bombeiros Voluntários de Góis, pela vitória obtida no “Wildfire Challenge”, o desafio que pôs à prova bombeiros de todo o país, percorrendo um percurso de 800 metros munidos do respetivo Equipamento de Proteção Individual.-----

-----Por fim, felicitou Sua Excelência o Presidente da República Dr. António José Seguro, eleito como Presidente da República na Segunda Volta das eleições presidenciais. Desejou os maiores sucessos a sua Excelência o Sr. Presidente da República e um pedido para que coloque a revitalização e valorização do interior do país no centro da ação e discussão política.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito pelo PS, em defesa da honra, relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal lembrou os factos, ou seja, o PSD apresentou uma proposta de alteração ao Regimento a qual foi presente na primeira sessão do órgão deliberativo, não tendo havido espaço para que nenhuma proposta do PS fosse apresentada, pelo que foi solicitado pela bancada do PS o adiamento desse mesmo ponto para a sessão seguinte da Assembleia Municipal, no sentido de ser criado um grupo de trabalho, conforme consta em Ata, para discutir e aprofundar uma proposta em consonância para o Regimento da Assembleia Municipal. Referiu que, uma vez mais, reafirmou que não está presente no Regimento que para que as pessoas os ouçam teremos que nos deslocar ao púlpito, entendendo que deveria ser dada a oportunidade aos membros que desejam usar da palavra na sua bancada utilizarem um microfone para que quem acompanha a sessão online pudessem ouvir as intervenções.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu lamentar as palavras do senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito pelo PS, porquanto ocupou o tempo no ponto “Assuntos de Interesse para o Município” para abordar questões relativas ao Regimento da Assembleia Municipal, quando a bancada do PS teve trinta dias para apresentar uma proposta. Acrescentou que o envio dos documentos foi efetuado com duas semanas de antecedência relativamente à sessão em que o assunto foi discutido, pelo que existiu oportunidade para a apresentação de contributos. Concluiu que não considera haver

espaço para mais demagogias nesta matéria.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**PÚBLICO:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público que se encontrava a assistir à sessão.-----

-----A senhora Maria de Lourdes Serôdio Barata, residente na freguesia de Góis, iniciou a sua intervenção referindo estar presente nesta sessão pelo facto de, em algumas ocasiões, ao assistir online, constatar falhas na ligação à internet, o que faz com que nem sempre consiga captar integralmente algumas intervenções. Referiu que seria sua intenção intervir sobre o estado em que se encontra a EN342, porém apresentada a Moção pela Urgente Recuperação e Valorização da Estrada Nacional 342 na Ligação Góis-Arganil entende que a questão que teria para apresentar não fará sentido. Todavia, referiu não compreender que, passados dois meses, a estrada continue na mesma situação, sublinhando que não pretende, com as suas palavras, culpabilizar a Câmara Municipal, acreditando que o senhor Presidente da Câmara Municipal já terá diligenciado junto das entidades competentes. Ainda assim, entende que o assunto já deveria ter sido devidamente tratado pelas entidades responsáveis. Ainda sobre a EN342, na cortada para a Comareira, referiu ter caído uma árvore, deixando no piso um buraco de grande dimensão junto à berma, o que poderá representar perigo na passagem simultânea de duas viaturas, podendo uma delas resvalar e cair no referido buraco. Alertou, por isso, para que a situação seja devidamente sinalizada junto de quem de direito. Concluiu desejando a todos um bom trabalho, referindo que, apesar de já ter integrado o órgão deliberativo, se sente atualmente triste pela forma como são dadas algumas respostas a determinadas questões. Sublinhou a importância de que algumas arestas sejam limadas, recordando que o 25 de Abril trouxe liberdade de opinião e de expressão a todos, desde que não haja lugar a qualquer tipo de ofensa.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não irá repetir o que já foi anteriormente exposto sobre a EN342, relevando, contudo, que todos pretendem o melhor para o concelho e desejam que as situações se resolvam com a maior brevidade possível, sendo também desejável que a intervenção na EN342 já estivesse concluída. Acrescentou que, ao contrário do que sucede em infraestruturas de gestão privada, como a A1, onde os trabalhos são realizados de imediato, no setor público os procedimentos estão sujeitos às regras da contratação pública. Referiu ainda que esta realidade se articula com a dimensão do problema existente, atendendo ao número de vias afetadas pelas últimas



intempéries, cerca de 189 estradas com impacto significativo e que carecem de intervenções profundas. Concluiu referindo que todos gostariam que o problema da EN342 tivesse sido resolvido no imediato, reconhecendo que já foram tomadas várias diligências nesse sentido, embora seja igualmente necessário ter presente a realidade e os constrangimentos existentes. Relativamente aos prazos para a realização dos trabalhos, referiu que apenas na passada semana foram comunicados os timings previstos para a execução da obra, os quais se prolongam para além da expectativa inicialmente perspectivada. Nesse sentido, informou que será procurada uma alternativa, desde que devidamente autorizada, por se tratar de uma Estrada Nacional, sendo que a competência do Município se encontra legalmente definida. No que respeita à outra situação identificada na EN342, referiu que a sua resolução não é da competência da Câmara Municipal, encontrando-se, no entanto, devidamente sinalizada junto da entidade competente, a Infraestruturas de Portugal, I.P., à qual cabe proceder à respetiva resolução.-----

-----O senhor Ângelo Raposo, residente na freguesia de Alvares, relativamente ao seu processo de obras particulares informou que o mesmo remonta cerca de seis anos e que, não estando ainda concluído, não irá efetuar qualquer outra intervenção sobre o assunto, por considerar que, para si, o processo se encontra “morto e enterrado”. Sobre os trabalhos realizados pela APIN na freguesia onde reside referiu a existência de um número significativo de intervenções cuja reposição do piso não se encontra efetuada, salientando, em particular, a situação existente junto à sua habitação, a qual já foi objeto de várias intervenções da sua parte. Acrescentou que a solução por si encontrada será a plantação de um sobreiro, por se tratar de uma espécie que não pode ser arrancada nem cortada, entendendo que, dessa forma, o problema ficará sanado. Sobre a intervenção do senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que esteve muito bem, pois as situações devem ser aqui expostas sendo um facto que o Executivo não gosta que a oposição traga a público algumas situações.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em relação ao projeto de obras particulares do munícipe não tem conhecimento do ponto de situação do mesmo, tendo em outro momento solicitado o envio de e-mail sobre o assunto, o qual foi encaminhado para os serviços. Sobre a questão da APIN referiu que a reposição do piso não é feita da forma adequada e no momento certo, sendo que a APIN também se confronta com a dificuldade de contratação desses serviços, porém sobre a situação dos buracos à porta do munícipe referiu que contactados os serviços os mesmos informaram que ainda na presente semana se deslocarão ao local para efetuar os trabalhos. Sobre as palavras proferidas, relativas ao entendimento de que ninguém gosta que a oposição coloque questões, referiu que é dever da oposição questionar o Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Américo Fonseca, residente na freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu que o assunto que irá expor é do conhecimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, ou seja, referiu ser sua preocupação a necessidade de limpeza das estradas municipais da Serra de Sacões, bem como a reposição de duas barreiras na estrada da Monteiro e na estrada de Viveiros-Conhais e também a dos Picarotos, a estrada da Lomba, a estrada abaixo de Sacões. Salientou as péssimas condições que se encontra a encosta de Sacões, a qual em caso de ocorrência de incêndio rural colocará as povoações vizinhas em perigo, pelo que solicitou que todas estas situações sejam verificadas tendo para o efeito se disponibilizado para acompanhar a verificação das situações apontadas. Concluiu referindo que, em caso de incêndio, se as situações que apontou não terem sido, atempadamente, objeto de intervenção as aldeias de Sacões e Conhais poderão ser consumidas pelo fogo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os serviços têm um conjunto de locais já sinalizados para intervenção, sendo que ainda não foi ainda possível executar os trabalhos necessários em todos eles. Acrescentou que as situações apontadas pelo munícipe se encontram igualmente sinalizadas, para que possam ser intervencionadas oportunamente. -----

-----O senhor João Reis Antão, residente na freguesia de Alvares, sobre vias de comunicação que necessitam de intervenção sublinhou que deve ser dada prioridade ao troço na EN2 entre Chã de Alvares e a Ribeira da Mó, pois os investimentos que se encontram a ser feitos na Ribeira do Sinhel são demasiados importantes para a Freguesia de Alvares e para o Município de Góis, pelo que continuará a falar do que entende que deve ser uma prioridade. Sobre a Rua do Camelinho referiu que os buracos existentes nesta via continuam desde as eleições autárquicas, realçando que o que está feito nesta rua está bem feito. Sublinhou que apenas poderia ter sido também acolhida a sua sugestão relativa à rede de eletricidade e telecomunicações, por entender que, que cada vez mais, se justifica. Sobre o funcionamento do serviço de obras da Câmara Municipal referiu ser um assunto bastante falado, tanto em sede do Executivo como na Assembleia Municipal, realçando, por experiência própria, que sabe distinguir entre o que é a decisão técnica e a decisão política e a conjugação das duas situações, referindo não dar aulas de moral a ninguém, contudo não aceita imposições gratuitas. No entanto, referiu existirem situações que têm de ser vistas pormenorizadamente, sendo que em alguns projetos seus, o que tem ouvido da opinião pública é que “é um banana” pelo facto de ainda não ter avançado com os mesmos, todavia continua a aguardar a decisão da Câmara Municipal de uma forma não contemplativa e passiva, entendendo que faz o que deve fazer sem chatear continuando a insistir. Concluiu, referindo que as decisões técnicas e as decisões políticas cabem efetivamente a quem as decide, compreendendo tudo o



que foi dito presentemente nesta sessão. Compreendendo também a entoação dirigida tanto a uma bancada como à outra no que concerne às respostas que têm sido emitidas, facto que já tem sido apontado por vários intervenientes, referiu que todos se encontram presentes com o mesmo registo e espírito de participação, estando o próprio presente em regime de voluntariado há mais de quarenta anos. Salientou a existência de um forte empenho tanto por parte do Executivo como dos técnicos municipais, sublinhando ainda que existem situações em que a letra da lei não deve ser ultrapassada, mas sim devidamente interpretada e aprofundada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à Rua do Camelinho referiu que efetivamente existe uma ou outra situação ainda por resolver, lembrando que se registou um período de cerca de cinco meses de chuva. Nesse sentido, sublinhou que, após esse período, foram estabelecidas prioridades de intervenção, acrescentando que, uma vez ultrapassadas essas prioridades, serão executados os restantes trabalhos. Em relação à questão das obras e da decisão política, referiu que esta deverá estar sustentada na decisão técnica, uma vez que a decisão política apenas deve ser tomada após a devida avaliação técnica. Nesse sentido, afirmou que tomará as decisões políticas em função dos pareceres técnicos e da respetiva avaliação efetuada pelos serviços, com base no enquadramento legal aplicável.---

-----O senhor José Serra, residente da Freguesia de Góis, referiu que, no passado sábado, se comemorou mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, tendo agradecido ao senhor Presidente da Câmara Municipal pela presença dos antigos Combatentes do Ultramar na cerimónia do içar da bandeira. Recordou, nesse contexto, a sua passagem pela Guiné, salientando que esse momento foi representativo do contributo dado por si e por muitos outros portugueses, bem como pelos Capitães de Abril, para a construção de um país livre e democrático. Acrescentou ainda que, na sua perspetiva, existem atualmente forças políticas de direita que procuram desvirtuar o espírito do 25 de Abril, refletindo essa preocupação no contexto da Assembleia Municipal. Referiu que, nesta sessão, pôde constatar comportamentos que, na sua perspetiva, não correspondem ao espírito que o 25 de Abril veio consagrar há 52 anos, manifestando a sua solidariedade com um familiar que ocupa uma das bancadas e que, tal como em sessões anteriores, também hoje terá sido alvo de palavras que considera menos positivas. Concluiu agradecendo a todos os combatentes do concelho, afirmando que estarão sempre disponíveis sempre que solicitados, e felicitando todas as pessoas que mantêm o 25 de Abril presente no seu coração.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O senhor Presidente interrompeu a sessão às 19.50 horas tendo a mesma sido retomada pelas 20.05

horas.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DA CPCJ DE GÓIS/2025-**

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Relatório Anual de Avaliação das CPCJ se encontra consagrado no artigo 32.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), constituindo um importante contributo para o conhecimento das crianças e jovens referenciados e acompanhados no ano em análise, bem como das situações de perigo que os afetam e das respostas providenciadas pelo sistema de proteção. Acrescentou que o referido relatório foi aprovado pela Comissão Alargada e, posteriormente, remetido à Comissão Nacional, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público, para efeitos de conhecimento. Face ao exposto, deu conhecimento do resumo do relatório, salientando que, no que concerne às problemáticas identificadas no ano de 2025, a violência doméstica duplicou, constituindo-se como a situação mais significativa entre os novos processos. Referiu ainda que, relativamente ao abuso sexual, que no ano de 2024 registava três situações, no ano de 2025 não foi sinalizado qualquer caso. No que respeita ao número de situações sinalizadas por violência, referiu que o relatório destaca a importância do investimento na prevenção primária em contexto escolar, desde idades cada vez mais precoces, bem como, ao nível da intervenção secundária e terciária, o encaminhamento para respostas mais específicas na área da violência doméstica e intervenção com os agressores.-----

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, referiu que temos presente que um relatório anual de atividades de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é um instrumento fundamental de avaliação, transparência e planeamento estratégico, sendo que para alcançar este desiderato, este documento deve ser devidamente estruturado. Pelo que ao analisarmos o relatório apresentado, verificamos que integra alguns elementos como o enquadramento, a caracterização da composição da estrutura, a análise quantitativa do fluxo processual ao nível de processos, sinalizações e tipologia de problemáticas. Contudo, não apresenta elementos que consideramos fundamentais para uma reflexão qualitativa da ação desta Comissão no ano de 2025, já que não existe informação sobre a identificação e eficácia das respostas perante as problemáticas apontadas, o nível de intervenção das Entidades que constituem a Comissão, o cumprimento dos objetivos propostos, a taxa de execução das atividades definidas, ou se as metas delineadas foram alcançadas. Sublinhou, não estar em causa a relevância e a qualidade do trabalho da CPCJ de Góis, que de certo promove uma ação

de excelência ao nível da promoção dos direitos das crianças e jovens do concelho, mas é necessário incluir no documento elementos que permitam uma análise crítica da sua intervenção e que originem a possibilidade de propostas de melhoria concertadas com a realidade. Face ao exposto, referiu que consideramos que a monitorização e avaliação são mecanismos essenciais para a adequação estratégica de qualquer intervenção, assim como a articulação ou envolvimento da CPCJ de Góis, com outras Entidades que atuam no território no âmbito destas matérias, e que se podem constituir parceiras essenciais para o sucesso das intervenções. Apresentou como exemplo, constando no documento que a violência doméstica foi a problemática mais significativa no ano de 2025, existindo a necessidade de prevenção primária no espaço escolar, que existe o GIAV da Beira Serra que atua no concelho de Góis, e que promove ações de informação e sensibilização dirigidas à comunidade escolar e disponibiliza apoio psicossocial a vítimas de violência doméstica. Contudo, não existe referência à envolvimento desta estrutura especializada nas atividades previstas para o ano de 2026, nem de outras parcerias da CPCJ com Entidades concelhias de proximidade às populações, como sejam por exemplo as Juntas de Freguesia, pelo que não sabemos se não existem ou se apenas não foram referidas no documento. Face ao exposto, referiu que a sua intervenção é no sentido de apontar sugestões de melhoria nos conteúdos estruturais desta tipologia de relatórios, de forma a permitir que a própria Comissão possa planear intervenções mais eficazes, e que a Assembleia Municipal possa exercer o seu papel de acompanhamento de forma informada e consciente.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a intervenção ficará em Ata e será encaminhada para a CPCJ no sentido de se obter uma resposta a qual, posteriormente será do conhecimento da senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----2. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Estatuto do Direito de Oposição estabelecido na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, concretiza o princípio constitucional do direito de oposição democrática, acolhido pela Constituição da República Portuguesa no n.º 2 do seu artigo 114.º, de acordo com o qual, “é reconhecido às minorias o direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei”. Trata-se, pois, da garantia dos direitos e poderes das minorias, enquanto instrumento constitucional de contrapeso e limite ao poder da maioria. No que às autarquias locais diz respeito e servindo este propósito, dispõe o artigo 1.º da referida Lei, sob a epígrafe, Direito de oposição, que “é



assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da Lei”, devendo entender-se por oposição, de harmonia com o preceituado no n.º 1 do artigo 2.º daquela Lei, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos executivos. Ainda de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, consideram-se titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo, bem como os partidos políticos representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. Para além destes, a titularidade do direito de oposição é ainda reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nas condições anteriores. Importa, pois, referir que os titulares do direito de oposição não são os membros das assembleias, mas sim os partidos políticos ou grupos de cidadãos eleitores, nas condições supramencionadas. Face ao exposto, questionou as bancadas dos Grupos Municipais se desejariam usar da palavra.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, questionou sobre a possibilidade de utilizar o microfone que esteve ao serviço dos munícipes que usaram da palavra no ponto destinado ao Público, porquanto a sua pessoa não precisa de ser vista por quem assiste remotamente à presente sessão, mas sim ouvida, entendendo que os munícipes de Góis que a elegeram têm o direito de ouvir a sua intervenção, sublinhando que, nesta Assembleia Municipal, os membros da oposição não estão a ser devidamente assegurados no exercício do direito de oposição.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, no início da presente sessão, foi dado conhecimento aos Grupos Municipais de que, caso pretendessem usar da palavra, deveriam deslocar-se ao púlpito. Acrescentou que esse é o procedimento que deverá ser adotado sempre que se pretenda ser devidamente ouvido na transmissão da sessão.-----

-----Dada a palavra, a senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal a acusou de o ter apelidado de ditador, pelo que, tendo consultado o significado da palavra “ditador” no Google, este refere que “é um governante que exerce poder absoluto e arbitrário, concentrando a autoridade suprema, suprimindo direitos democráticos, frequentemente através de força, intimidação e suspensão das constituições”, pelo que considera que a forma como são geridos os trabalhos desta Assembleia não está a ser democrática, uma vez que, quem acompanha a transmissão online da sessão, não consegue ouvir o que os membros do Grupo Municipal



do PS proferem, entendendo que tal situação não se coaduna com os princípios da democracia.-----

-----Relativamente ao documento em apreço, referiu que democracia local exige que a oposição seja parte da solução, e não apenas um obstáculo a ser contornado. Este documento é apresentado apenas para cumprimento das disposições legais aplicáveis para este efeito. No entanto, referiu subscrever as palavras proferidas pelo Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia, que este relatório deve ser mais exigente e mais transparente, tendo mencionado a listagem das questões colocadas pela oposição, com as datas das respostas apresentadas. No caso em concreto, referiu tratar-se de um pedido por si formulado em várias sessões, nas quais questionou os valores do saldo de gerência consignados. Acrescentou que lhe foi transmitido que essa informação lhe seria remetida, o que até à data ainda não se concretizou. Sublinhou que, embora esteja mencionado um determinado montante no relatório de atividade, o mesmo não se encontra discriminado, não encontrando igualmente essa evidência na prestação de contas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se à senhora Liliana Cristina Silva Serra, membro eleito pelo PS, referindo que pensava que, na sua intervenção, iria ser dirigido um agradecimento à sua pessoa pelo facto de o Relatório ter sido presente nesta sessão da Assembleia Municipal. Contudo, acrescentou que poderia ter assumido uma posição de “ditador” e enviado o documento por correio eletrónico, fazendo de conta que ninguém o iria ler e não suscitando qualquer apreciação ou comentário. Efetivamente, referiu ser da competência da Assembleia Municipal a discussão deste Relatório decorre de um pedido formulado por qualquer um dos titulares do direito de oposição. Nesse sentido, foi dado conhecimento do documento e o mesmo foi incluído na ordem de trabalhos da presente sessão, para que pudesse ser objeto de discussão, ainda que não tenha sido expressamente solicitado pelo Grupo Municipal do PS, o qual, segundo referiu, é o único com esse estatuto. -----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que o Executivo tem cumprido, minimamente, o direito da oposição, facto que é reconhecido pelos Vereadores do PS, uma vez que, sempre que é solicitada documentação ou apresentadas questões, as mesmas têm sido respondidas e disponibilizadas. Acrescentou que, por vezes, tal sucede posteriormente à apresentação dos pedidos, situação que considera normal. Todavia, referiu não poder deixar de sentir alguma revolta relativamente a algumas situações que se passam dentro do órgão deliberativo e que colidam com o direito da oposição. Referiu que o direito da oposição não se consubstancia apenas no fornecimento de informação sempre que solicitada ou na cedência de gabinete para o exercício da atividade da oposição, mas sobretudo na forma de relacionamento e no trato para com as pessoas. Acrescentou que quem se encontra na oposição



tem o direito de colocar as questões que entender pertinentes e de ver prestadas as devidas informações, ainda que a entidade a quem são dirigidas possa não responder de imediato, ou mesmo optar por responder posteriormente à sessão. Contudo, referiu que é um direito da oposição apresentar questões, mesmo quando, à partida, se possa antecipar qual será a resposta. Sublinhou que a sua bancada já recebeu respostas do tipo “que se sabe o que se perguntou, porque sabe bem como lá estava”, considerando que este tipo de resposta não traduz respeito pela oposição nem por quem se encontra a intervir ou a dirigir os trabalhos.-----

-----Referiu que, embora não tivesse sido sua intenção abordar a atuação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, considerava necessário tecer algumas considerações a esse respeito. Sublinhou que não estava a afirmar que o senhor Presidente da Assembleia Municipal fosse um ditador, mas observou que muitos dos grandes ditadores da História, incluindo Hitler, chegaram ao poder por maiorias consideráveis. Pelo que não é a questão de ser ou não eleito que o torna ditador, sendo que a ditadura vem pela forma como se exerce o poder, realçando que qualquer pessoa que não detém o poder é democrata, não tendo quaisquer dúvidas sobre isso, agora quando tem poder e sabê-lo exercê-lo da maneira a respeitar os outros é uma característica que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não tem demonstrado. Referiu ser exemplo disso a disposição, no dia de hoje, das mesas de ambas as bancadas, entendendo que, previamente, deveriam ter sido questionados os líderes de bancada sobre esta nova disposição. Acresce que visualizada a presente sessão pode constatar que unicamente o que se pode visualizar na transmissão é a Mesa da Assembleia Municipal parecendo-lhe que as bancadas não existem não percebendo a razão de não ter uma câmara mais ampla que todos pudessem ser visualizados para que quem segue a transmissão tivesse conhecimento de quem é que está a usar da palavra. Um outro exemplo foi o da sua pessoa ter solicitado a palavra em defesa da honra e a mesma não lhe ter sido facultada, sendo que antes da sua solicitação o senhor Ricardo José Duarte Ventura, eleito pelo PS, solicitou a palavra em defesa da honra e o senhor Presidente da Assembleia Municipal impôs o uso da palavra num minuto, salientando que o tempo para uso da palavra em defesa da honra constante do Regimento da Assembleia Municipal é de cinco minutos. Nesse sentido, questionou a razão pela qual lhe havia sido concedido apenas um minuto para usar da palavra, considerando que quem pretende defender a sua honra deve dispor de tempo suficiente para o fazer. Acrescentou que não deveria ser o senhor Presidente da Assembleia Municipal a determinar, de forma discricionária, o tempo disponível para a defesa da honra de um membro, questionando se tal atuação é compatível com os princípios democráticos. Referiu que todos os eleitos são políticos pelo que quando é apresentada uma questão



sobre determinado assunto é nossa intenção ter uma resposta politica, ou seja, do senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo que quando colocou a questão sobre a base da DGUPA estava em funcionamento para acesso às cartas do PDM efetivamente era do seu conhecimento que esta ainda não estaria em funcionamento, porquanto tentou aceder e não conseguiu, tendo a senhora Chefe da DGUPA prestado o mesmo esclarecimento que prestou em dezembro, não sendo essa a resposta que pretendia, mas sim que o senhor Presidente da Câmara Municipal o tivesse informado da situação e quando é que a mesma se prevê estar ultrapassada porquanto prejudica o licenciamento de projetos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a figura da defesa da honra tem a interpretação que cada um quer, pois ouviu um membro eleito a fazer uma provocação politica, tendo ouvido um outro membro a responder-lhe com uma provocação politica e em nada manchou a honra de ninguém. Pelo que a sua pessoa de uma forma muito ditatorial cedeu um minuto de tempo que não existia, mas não foi em defesa da honra, mas sim para permitir o que se quer também aqui neste órgão que haja um pouco de politica. Sobre o plano que está ser transmitido da sessão efetivamente é um plano pequeno, tendo o púlpito para que haja uma melhor definição da audição de quem nos assiste, sendo que ao utilizar-se o plano antigo muitas das vezes a audição não era perceptível a quem se associava online à transmissão das sessões.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se ser político significa mentir ou proferir inverdades, essa não é, de todo, a sua forma de estar na política. Referiu ainda que, caso o senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, pretendesse ser informado sobre o estado da situação em causa, teria recebido como resposta que não dispunha, naquele momento, de informação suficiente ou que existiam dúvidas quanto ao assunto. Por esse motivo, e não tendo a certeza dos factos, solicitou à Senhora Chefe da DGUPA, que acompanha diretamente o processo, que se pronunciasse sobre a matéria. Considera que agiu de forma responsável e transparente, uma vez que não está obrigado a consultar diariamente a página eletrónica do Município de Góis para verificar se o assunto em questão já se encontrava resolvido ou atualizado. Mais referiu que, no seu entendimento, o que a oposição pretende é que assuma compromissos ou preste declarações sem que disponha de informação suficiente para garantir a sua veracidade, posição que não está disposto a adotar. Acrescentou que o senhor Diamantino Jorge Simões Garcia pretendia obter uma resposta de natureza política, nomeadamente no sentido de ser reconhecida a existência de dificuldades no processo. Contudo, questionou por que motivo não deveria ser fornecida uma resposta verdadeira e tecnicamente fundamentada. Nesse sentido, entendeu ser mais adequado conceder a palavra à senhora Chefe da DGUPA para prestar os esclarecimentos necessários,



uma vez que é a técnica responsável pelo acompanhamento do processo em causa e detém conhecimento direto sobre o respetivo estado e tramitação. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de abril de dois mil e vinte e seis, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal de acordo com o parcelar presente a todos os membros mencionou que o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a atual estrutura orgânica entrou em vigor no ano de 2013, com treze anos, salientando que pretende-se com a atual proposta, implementar uma estrutura que responda às necessidades atuais do Município e simultaneamente adequar à realidade atualmente existente. A organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos. A atual estrutura do Município de Góis concentra o serviço de obras unicamente num único Chefe de Divisão, em virtude da inexistência de estruturas orgânicas flexíveis, designadamente chefias intermédias de 3.º grau. Face ao exposto, referiu que o assunto foi deliberado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, remeter a proposta de alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----A senhora Liliana Cristina Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu que o Regulamento da Estrutura Orgânica constitui um instrumento estruturante para a gestão dos recursos humanos e para a organização e funcionamento da própria instituição, sendo um documento apresentado pelo Executivo em funções. Relativamente ao processo em apreciação pela Assembleia Municipal, solicitou esclarecimentos sobre quais os aspetos concretos que competem à Assembleia Municipal aprovar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é da competência da Assembleia Municipal aprovar a reestruturação orgânica da Câmara Municipal, estando a alteração da reestruturação orgânica coadjuvada no respetivo regulamento. Sobre o regulamento referiu que o mesmo foi elaborada por um Técnico competente com formação na matéria encontrando-se o documento devidamente estruturado.-

-----Dada a palavra senhora Liliana Cristina Silva Serra, membro eleito pelo PS questionou qual a



deliberação que a Assembleia Municipal terá que aprovar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Assembleia Municipal terá que aprovar a reestruturação orgânica da Câmara Municipal.-----

-----Dada a palavra senhora Liliana Cristina Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu que uma vez que, salvo melhor opinião, nos termos do artigo 6.º do DL n.º 305/2009, de 23 de outubro (Regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais), a Assembleia Municipal apenas tem competência para aprovar o modelo de estrutura orgânica, aprovar a estrutura nuclear e aprovar o n.º máximo de unidades e subunidades orgânicas, ou seja, não tem de aprovar o regulamento, esse é competência da Câmara Municipal. Nesse sentido, referiu se este documento será novamente presente à Câmara Municipal em virtude de o Regulamento somente pode ser aprovado pela Câmara Municipal se a Assembleia Municipal previamente aprovar modelo de estrutura orgânica estrutura nuclear e aprovar o n.º máximo de unidades e subunidades orgânicas. Tal como referiu, cabe ao Executivo em funções avaliar as necessidades, no entanto, questionou se a capacidade em aumentar a produtividade no sentido de melhorar a prestação do serviço público é garantida, uma vez que esta estrutura é bem mais “pesada” do que a anterior, com bastantes mais cargos de chefia, 3 chefes de divisão e 5 chefes de unidade, enquanto que até agora tinha apenas 2 chefes de divisão e 1 coordenador de núcleo. Referiu que a nova reestruturação será mais onerosa, mesmo não sendo apresentada qualquer fundamentação económico-financeira, é facilmente visível, a acrescentar a um executivo também mais oneroso neste mandato, com o pagamento de mais um vereador a tempo inteiro. No entanto, conforme foi dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião em que o assunto foi aprovado espera-se que a execução do Orçamento Municipal seja altamente influenciada por esta nova estrutura orgânica. Relembrou que deve ser aprovado a reorganização dos serviços municipais.-----

-----O senhor Vítor Hugo Machado Ribeiro, membro eleito pelo PSD, em primeiro lugar, manifestou o seu lamento pelas comparações efetuadas há poucos minutos nesta sessão, considerando-as completamente injustas e graves, sendo de lamentar a sua ocorrência.-----

-----Relativamente à proposta de reorganização da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Góis, importa começar por sublinhar que estamos perante uma atualização necessária e há muito aguardada. Há cerca de 12 anos que não eram introduzidas alterações a este regulamento, apesar de, entretanto, terem ocorrido duas importantes mudanças legislativas, diretamente relacionadas com o processo de descentralização administrativa e com a delegação de competências para os municípios. Neste contexto, as responsabilidades atribuídas às autarquias aumentaram, tornaram-se mais exigentes e mais



complexas, mas a estrutura interna manteve-se praticamente inalterada. Era, por isso, essencial adequar a organização dos serviços à realidade atual e às necessidades do concelho de Góis. A proposta apresentada tem o mérito de prever uma estrutura mais flexível e mais funcional, permitindo maior mobilidade interna dentro da Câmara Municipal de Góis. Essa flexibilidade é fundamental para uma melhor gestão dos recursos humanos, para responder com mais eficácia às necessidades dos serviços e para adaptar a organização municipal aos desafios que vão surgindo. Importa igualmente valorizar a estabilização das chefias intermédias, peça essencial no bom funcionamento da estrutura administrativa. Tudo isto contribui para agilizar processos e melhorar a resposta aos munícipes. Um dos exemplos é gestão de obras, que estava anteriormente a cargo de um só chefe de divisão. Naturalmente, a concretização desta reorganização implicará também a abertura de procedimentos concursais para contratação e reforço de pessoal, sempre que tal se revele necessário. Esse será um passo importante para garantir que a nova estrutura orgânica não existe apenas no papel, mas dispõe efetivamente dos meios humanos adequados para cumprir a sua missão. Em suma, trata-se de uma proposta que moderniza os serviços municipais, reforça a capacidade de resposta da autarquia e prepara o Município para os desafios presentes e futuros. -----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que, caso tivesse sido Presidente da Câmara Municipal, o seu primeiro ato teria sido, efetivamente, proceder à alteração da reestruturação orgânica da Câmara Municipal. Referiu que a atual estrutura orgânica da Câmara Municipal se encontra completamente desfasada da daquela que é a realidade, salientando que o trabalho apresentado no documento é efetivamente exaustivo e, por isso, demasiado denso. Acrescentou que, com a atual configuração das unidades, será difícil alocar os trabalhadores a determinados serviços, uma vez que, no exercício das suas funções, poderão ter de estar agregados a dois serviços ou, eventualmente, a duas Divisões. Acrescentou que o senhor Presidente, em sede de executivo, afirmou que esta reestruturação não seria a solução para todos os problemas existentes, devendo a Assembleia Municipal refletir sobre a matéria. Acrescentou que se trata de uma organização de pessoas, que envolve também questões de liderança, motivação, entre outros fatores. De qualquer das maneiras, referiu que, embora lhe pareça poder existir a figura de um diretor de serviço ou de departamento que possa enquadrar e hierarquizar determinados aspetos a um nível superior, considera que o papel de um chefe de divisão nestes serviços é de extrema importância, sendo nos municípios ainda mais relevante, na medida em que assegura a articulação entre o serviço e os eleitos locais. Assim, deverá existir uma supervisão política, não no sentido de fiscalização, mas antes de ligação e articulação entre o político e o

chefe de divisão. Sobre a figura do chefe de divisão referiu tratar-se de alguém cuja função não é a de acumular o papel de técnico, uma vez que, ao desempenhar simultaneamente ambas as funções, deixará de exercer plenamente as competências de chefia, o que poderá comprometer o normal funcionamento dos serviços. Acrescentou que tal situação poderá gerar desorganização, interferindo no trabalho das equipas técnicas e criando constrangimentos entre os trabalhadores, não dispondo, assim, de tempo suficiente para o adequado exercício de ambas as funções. Na sua ótica deve assumir também um papel de motivador dos trabalhadores, promovendo a sua valorização e empenho. Referiu que, ao exercer essas funções, deve conhecer as capacidades de cada trabalhador, distinguindo aqueles que necessitam de supervisão diária daqueles que, pela qualidade do trabalho desenvolvido, não carecem desse acompanhamento permanente. Considerou ser importante a articulação entre os Chefes de Divisão e os Vereadores, neste caso concreto, em virtude da existência de competências delegadas nos Vereadores o que os leva a coordenar-se com os Chefes de Divisão. Continuou, referindo que, no seu tempo, as leis orgânicas eram frequentemente utilizadas para proceder à substituição de chefias, sendo tal prática, em muitos casos, instrumentalizada politicamente. Ou seja, na sequência da alteração da cor política resultante de eleições, recorria-se à alteração da lei orgânica para substituição das chefias, não havendo lugar ao pagamento de indemnizações. Da análise efetuada ao documento, verificou a intenção de manter os atuais chefes de divisão, não havendo redução do número de divisões, o que considera naturalmente positivo, por permitir a continuidade dos serviços. Contudo, sublinhou que essa mesma continuidade o preocupa. Referiu ser seu entendimento que o organograma está bem estruturado, todavia entende que deveria ter sido criada uma outra divisão por entender que a parte do ambiente, florestas e o património cultural rural, a agricultura, os regadios, entre outras áreas, merecia um chefe de divisão que se preocupasse com estas áreas. Sublinhou que as suas palavras se consubstanciam pela profissão que exerceu, assustando-o o desaparecimento do nosso património rural, porquanto é uma riqueza, pelo que quando falamos em turismo esta área passa por isto tudo, ou seja, se não houver muros de pedra, currais, moinhos, perdemos parte do nosso património e, naturalmente, perdemos a possibilidade de trazermos para cá pessoas. -----

-----O senhor Presidente referiu concordar, na generalidade, com o que foi afirmado, por considerar ter sido feita uma análise justa, ainda que com alguma componente emocional e com bom senso. Acrescentou que, ao longo do tempo, tem sido referido que a Câmara não responde, que o serviço de obras não funciona e que os processos não são desenvolvidos com a devida celeridade. Reteve uma das afirmações do senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, quando referiu que o chefe de divisão não deve

ser essencialmente técnico, mas sim um coordenador, alguém que orienta. Acrescentou que, atualmente, se verifica que a chefe de divisão assume um papel mais técnico do que de coordenação, em virtude do elevado volume de trabalho existente. Daí a proposta de criação de três unidades, uma de obras públicas, outra de obras particulares e uma terceira de ambiente, com o objetivo de descentralizar e disseminar a responsabilidade para níveis hierárquicos inferiores, de modo que, quando o assunto chega ao nível hierárquico máximo, o trabalho se encontre praticamente concluído, facilitando a tomada de decisão por quem a deve efetuar. No caso da terceira divisão criada, referiu a existência de um Núcleo e que, por força das alterações legislativas e das competências que as Câmaras Municipais passaram a assumir, faz todo o sentido criar duas unidades, de acordo com as competências atualmente atribuídas aos municípios, cada uma na sua área de intervenção. Acrescentou que tal permitirá também a existência de outro tipo de chefias intermédias de 3.º grau, devidamente coordenadas, assegurando que o chefe de divisão possa exercer as suas funções de forma adequada. Referiu ainda que o objetivo desta reestruturação não foi o de criar uma estrutura mais pesada, antes pelo contrário, tendo-se procurado agilizar os procedimentos e assegurar que os processos decorram com maior celeridade, numa ótica de melhoria da prestação de serviços aos munícipes. Concluiu, referindo que a reestruturação orgânica foi ajustada à realidade, numa ótica de maior eficácia no cumprimento dos objetivos do Município, reconhecendo-se a existência de dificuldades decorrentes da sobrecarga de trabalho, o que se reflete nos resultados apresentados. Com esta reestruturação orgânica, a Câmara Municipal pretende agilizar os procedimentos e não criar uma estrutura mais pesada para o orçamento municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, onze votos a favor, do PSD, e oito abstenções, do PS, aprovar a reestruturação orgânica da Câmara Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS/ANO 2025-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia catorze de abril de dois mil e vinte e seis, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que em cumprimento com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º e na alínea I) do n.º 2 do artigo 25º, ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e em articulação com o disposto o n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo a Prestação de Contas de 2025, até 30 de abril de 2026 com um relatório de gestão que apresenta e justifica os resultados

da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como analisa a situação financeira do Município.-----

-----Neste sentido, referiu que o senhor Presidente apresentou a receita atual e a receita cobrada em 2025, ou seja, o orçamento atual tem um valor associado de 15.055.204,00€, tendo tido um nível de cobrança de 91,01% percentuais. Constatou que, relativamente à receita e despesa das GOP o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em média, nos últimos 12 anos, a execução das GOP foi de 51% tendo havido em 2025 uma redução para 41,09%, resultando tal situação, em parte, de questões estruturais existentes no Município que, provavelmente, não permitam que processos não se desenvolvam com a celeridade necessária para assegurar a melhor execução final. Relativamente ao resultado líquido do exercício o senhor Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção, em sede do executivo, referiu que de acordo com a análise da demonstração de resultados verifica-se que o resultado líquido no período de 2025 é positivo no valor de 52.294,00€, representando este valor a diferença entre os rendimentos e os gastos de exercício. Referiu que o assunto foi deliberado pela Câmara, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções aprovar a Prestação de contas Individuais do ano 2025.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito pelo PS, referiu que, cumprindo este ano, o 5º ano como elemento desta assembleia municipal é com profunda preocupação, mas também sem surpresa, que analisando a Prestação de Contas Individuais de 2025 do Município de Góis, verificamos que os números presentes neste vasto relatório espelham, de forma muito clara, a inércia, a falta de capacidade de execução e uma gestão de "serviços mínimos" a que este executivo já nos habituou. Quando olhamos para a execução orçamental da receita, reparamos que o Município é bastante eficaz a arrecadar verbas. O grau de cobrança da receita fixou-se em 90,21%. O esforço exigido aos goienses existe, e o dinheiro entra, efetivamente, nos cofres da Câmara Municipal. Mas perguntamos nós: qual é o retorno para o concelho de Góis? Quando analisamos este documento a realidade é desoladora. O grau de execução global da despesa fixou-se nuns meros 66,40%. E, pior ainda, o executivo está a perder tração técnica e política: se olharmos para o exercício anterior, em 2024, a execução da despesa tinha sido de 70,47%. E quando olhamos para a despesa de capital – ou seja, o investimento puro, as obras, os melhoramentos e os equipamentos de que Góis tanto carece – o cenário afunda por completo, revelando que a parte de capital obteve uma execução de apenas 37,82%! A pior da história deste concelho. Efetivamente, o aspeto mais sintomático e grave deste documento é a incapacidade da autarquia em realizar obras estruturantes. A execução das Grandes Opções do Plano ficou-se pelos 41,99%. Senhor Presidente, apresentar orçamentos recheados de investimentos maravilhosos para o concelho para

depois, na realidade, executar uma percentagem tão baixa, e ressalvo que se trata da segunda pior taxa de execução do distrito de Coimbra, perdoem-me a expressão, mas é uma tremenda desilusão que sentimos ao analisar estes documentos. A justificação para esta não execução não é, seguramente, a falta de dinheiro. Como resultado, relembro que o saldo que transita para a gerência de 2026 atingiu quase 4 milhões de euros.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os números patentes na Prestação de Contas correspondem à realidade da Câmara Municipal, verificando-se efetivamente uma execução das GOP deficiente, resultante de problemas identificados, razão pela qual foi apresentada a reestruturação orgânica dos serviços municipais, com vista a inverter essa situação. Todavia, quando se afirma que esta execução é a pior, lembrou que, ao longo de 12 anos de Executivo Municipal, a média se situa nos 50%, ligeiramente acima dos 40%, não se tratando de uma diferença significativa, sendo isso revelador das dificuldades estruturais existentes no Município. Sublinhou que tal realidade não se verifica apenas no atual mandato, mas também em anteriores executivos, acrescentando que não foram feitos “malabarismos” para artificialmente melhorar os números apresentados. Referiu que, no uso da palavra, o senhor Ricardo José Duarte Ventura poderia ter feito referência às obras realizadas por administração direta, uma vez que existem mais de meio milhão de euros de obras concretizadas pelo Município, as quais se encontravam sinalizadas há vários anos e reivindicadas pelas populações, tendo sido executadas por se revelarem necessárias, não tendo, contudo, estas intervenções sido mencionadas no uso da palavra. Acrescentou que, no exercício do seu cargo, pode constatar a forma como o discurso se altera em função do lugar ocupado, ou seja, convive atualmente com autarcas que, no mandato anterior, se encontravam na oposição, verificando-se uma mudança nos seus discursos. Referiu, assim, que o lugar que se ocupa influencia a forma como se analisam as questões, sem prejuízo de a oposição exercer o seu papel e expressar as suas posições, embora o discurso varie significativamente em função da posição que se ocupa.-----

-----O senhor António da Anunciação Duarte, membro em regime de substituição do senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso, eleito pelo PSD, referiu que analisado o documento, as contas apresentadas se encontram corretas, facto que se pode constatar através do parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), bem como do relatório de auditoria. Relativamente ao parecer do ROC, referiu a existência de reservas no que respeita a investimentos relativos a concessões da EDP, situação que deveria ter sido ultrapassada, de forma a não suscitar dúvidas junto de terceiros, embora seja perceptível tratar-se de uma questão de menor relevância. Relativamente aos aspetos positivos, pode constatar-se a diminuição da dívida total, o



que se evidencia pela inexistência de pagamentos em atraso, resultando a mesma essencialmente da existência de empréstimos. Regista-se igualmente um saldo positivo e o cumprimento dos limites de endividamento, situação atualmente monitorizada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), não existindo pagamentos em atraso. Referiu que o senhor Ricardo José Duarte Ventura, afirmou que o grau de cobrança, ou seja, o grau de execução da receita, é elevado, não dependendo de qualquer pretensão da Autarquia para proceder a cobranças mais rápidas. Acrescentou que é do conhecimento geral que cerca de 85% da receita provém do Orçamento do Estado, tanto no plano global como no que respeita à receita corrente, a qual se situa em cerca de 82%. Salientou que, infelizmente, se está perante autarquias, como é o caso de Góis, em que as receitas próprias são insignificantes, não sendo fácil, de um momento para o outro, encontrar formas de aumentar essa percentagem, a não ser através do aproveitamento do IMI ou da introdução da derrama, o que, naturalmente, apenas se justificaria para empresas com determinado nível de lucro. Referiu que, em executivos anteriores, se deixaram escapar várias receitas para outros concelhos no que respeita à energia eólica, tratando-se de receitas de natureza patrimonial. Acrescentou que, não existindo derrama e havendo benefícios fiscais no IMI, sobretudo para as famílias, bem como a consignação de 3% do IRS por parte dos residentes, a receita arrecadada tende a ser reduzida. Este facto é visível no ano de 2025, em que a receita corrente representa apenas 18% do total da receita, sendo os restantes 82% provenientes do Orçamento do Estado, fundos comunitários e outras fontes. No que respeita à execução das receitas, referiu-se a uma quebra das receitas correntes e também das receitas totais, verificando-se, ainda assim, uma estabilização, tendo a execução atingido cerca de 90%. Acrescentou que tal não depende de uma atuação direta da Câmara Municipal no sentido da cobrança, uma vez que o IMI é um imposto cobrado pelo Estado e posteriormente transferido para as autarquias. Ainda assim, entende que o Município deveria assumir um papel mais ativo na fiscalização nesta matéria, de forma a potenciar o aumento desta receita. Em termos de perspetivas futuras, apontou um aspeto positivo relacionado com a questão em análise, nomeadamente no que respeita às heranças indivisas, que poderá vir a ter algum impacto na receita do IMI, tendo, para o efeito, apresentado uma breve explicação sobre o assunto. Relativamente às despesas referiu que senhor Presidente procedeu aos devidos esclarecimentos, sublinhando que as despesas de capital foram muito baixas, tendo sido o total de execução de 66%, tendo a explicação sido bastante coerente. Sobre os rácios financeiros referiu serem positivos tendo a sua evolução sido igualmente positiva. Relativamente ao processo judicial do Conselho Diretivo da Comunidade Local do Baldio do Colmeal, contra a empresa Iberwind referiu que se encontra concluído, desde o ano de 2022, contudo o documento em análise faz referência ao mesmo como um



passivo financeiro/contingente, entendendo que os juristas têm de procurar informação no sentido de atualização destes mesmos dados, Sobre os ativos contingentes o documento faz referência ao processo judicial entre o Município de Góis e o Município de Pampilhosa da Serra referindo estar em primeira instância a aguardar recurso, quando segundo informação, já foi ganha a segunda instância estando para decisão do Tribunal Administrativo. Concluiu referindo que na rubrica fornecimento e outros serviços, a rubrica outros, tem uma taxa de 30%, realçando poder ser interpretado como uma falta de transparência pois o que acontece é que não se consegue classificar devidamente a despesa e coloca-se para esta mesma rubrica, o mesmo se passa no fornecimento de serviços externos outros, 30%, no valor de cerca de oitocentos mil euros, entendendo que, em termos contabilísticos, terá que se aperfeiçoar estas duas rubricas.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, iniciou a sua intervenção referindo que, embora o resultado líquido do exercício seja ligeiramente inferior, mantém-se ainda assim positivo. Acrescentou que, caso se tratasse de uma empresa, poderia afirmar-se que este Executivo atuaria como gerentes eficientes. No entanto, considera que, para uma Câmara Municipal, não é relevante a existência de lucro ou de elevados saldos em contas bancárias, muito pelo contrário. Referiu que se verifica um reduzido volume de dívidas a terceiros, tanto a fornecedores como a empréstimos bancários, bem como um valor elevado de depósitos bancários, o que revela que a entidade se encontra bem financeiramente. Contudo, acrescentou que tal apenas teria verdadeiro significado se tivessem sido cumpridos os objetivos traçados. No entanto, analisando a execução da despesa e principalmente do PPI, verifica-se que ficou muito aquém. De igual modo, referiu que se verifica igualmente uma situação favorável no que respeita ao limite da dívida total, com uma margem utilizável de cerca de 4 milhões €. No entanto, a APIN apresentou resultados antes de impostos negativos, pelo que, em 2026, se verifica a necessidade de proceder à transferência no âmbito do reequilíbrio de contas, conforme obriga a Lei n.º 50/2012. Assim, a dívida desta entidade não é considerada no cômputo da dívida total do Município. Caso fosse considerada, esta margem diminuiria entre 2 milhões € a 2,5 milhões €. Prosseguiu referindo que tanto uma Câmara Municipal como uma Junta de Freguesia trabalham para o bem-estar das populações, a Câmara tem um papel de planeamento estratégico e gestão de grandes infraestruturas, é o gestor do território, enquanto a Junta se foca na proximidade e na manutenção do dia-a-dia, é o gestor do quotidiano. Relativamente às GOP enumerou os seguintes pontos negativos: Gastou-se quase meio milhão de euros em beneficiação e aquisição de viaturas; Projetos pagos: antigo hospital, casa da natureza; Casa da lavra de baixo gastou-se 28.000 €, tendo questionado em quê, se foi com o projeto;



Execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Execução de beneficiação de escolas, edifícios desportivos (que pode ser bom); Intervenção na escola de Vila Nova do Ceira; Requalificação do Centro de saúde de Góis e extensão de Alvares tendo-se gasto 42.000 €, questionando se efetivamente foi no projeto; Apoio habitações - incêndios 2017, salientando que mais um ano que passou sem qualquer transferência para os proprietários; Loteamento para habitação; Projetos do PRR - 1.º Direito e Habitações a custos acessíveis - zero investimento; Ciclovia; Intervenções no âmbito das intempéries de janeiro de 2023; Condomínio de aldeia; Casa Museu Alice Sande; Parque da Selada; Orçamentos participativos; Área acolhimento empresarial e zonas industriais - zero investimento; Circular externa das cortes; Av. Padre António Dinis; Mercado municipal; Requalificação do Parque campismo e Casa da natureza.-----

-----Seguidamente enumerou o que foi concretizado, nomeadamente, aquisição de viaturas, aquisição de equipamento de projeção digital de cinema para a CCG, centro de cycling, alguns arruamentos e rede viária, muitos por administração direta, como podemos ver no Boletim Municipal, tendo apresentado felicitações ao trabalho executado pelos serviços municipais, e transferências para entidades. Referiu não lhe parecer uma execução de um ano de eleições. Todavia, referiu que para si o mais grave é não haver nenhuma intervenção estrutural em execução financiada pelo PRR. Acresce que, por uma questão de transparência, lamentou não estar patente a informação financeira sobre a transferência de competências. Sublinhou que o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que a execução das GOP que é um calcanhar de Aquiles do ano de 2025. Efetivamente verifica-se que há compromisso contínuo com uma gestão sustentável e equilibrada, mas não para uma gestão estratégica para o desenvolvimento do concelho, quer para cativar novos habitantes, quer na melhoria das condições das pessoas que tiveram a possibilidade de escolher Góis para viver. Referiu ainda, que desejava que os documentos de prestação de contas deviam ser totalmente pesquisáveis, nomeadamente o anexo às demonstrações financeiras, conforme é exigência por lei para remessa das contas para o Tribunal de Contas.-----

-----Terminou, referindo que, analisada a página 30 do documento em apreço, gostaria de obter mais esclarecimentos sobre as provisões relativas a processos judiciais em curso, onde é mencionado o processo n.º 471/25.2BECBR, o qual não se encontra devidamente explicitado. Acrescentou que, por uma questão de fundamentação, lhe parece que o mesmo também não consta do ponto “Processos judiciais pendentes” dos últimos Relatórios da Atividade Municipal e Situação Financeira apresentados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente a algumas situações apontadas, referiu que, se a Câmara Municipal adquiriu viaturas, tal deveu-se à sua extrema necessidade, uma vez que as



viaturas existentes se encontravam obsoletas. Referiu que, na análise ao que foi executado, também deve ser considerado o que se tentou realizar e não se concretizou por motivos externos, fora da esfera de decisão da Câmara Municipal, dando como exemplo o Plano Florestal de Defesa da Floresta, cujos procedimentos foram lançados e aos quais as empresas concorreram, não tendo, contudo, ocorrido a sua execução por diversas razões. Acrescentou que, durante cerca de cinco meses, se verificaram condições meteorológicas adversas, com períodos de chuva persistente, o que teve impacto direto na execução de algumas obras, nomeadamente no caso do Parque da Selada, cujo início estava previsto para setembro e não se concretizou devido às intempéries. Sublinhou, assim, a necessidade de analisar o documento com justiça, considerando a génese de algumas situações que não foram concretizadas, salientando que, caso tivessem sido executadas, os resultados seriam certamente superiores aos apresentados. Ainda assim, reconheceu que os valores não são os desejados, recordando que já foi registada uma taxa de execução inferior, nomeadamente em 2014, de 40,53%.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira, membro por inerência eleito pelo PSD, referiu que falar dos documentos em análise e que vão ser sujeitos à votação, é para nós motivo de orgulho e de uma continuada esperança num futuro melhor para o nosso concelho, pois confrontados com os indicadores registados nos documentos que fazem parte da Conta de Gerência de 2025, estes são bem reveladores do enorme esforço que o Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, tem levado por diante para que o nosso concelho consiga trilhar um caminho bastante diferente do que se encontrava traçado e que em finais de 2021, fruto da nova administração, passou a contemplar novos horizontes e com outras expectativas de futuro. Referiu que o resultado eleitoral do mês de outubro de 2025 foi o reconhecimento inequívoco do eleitorado do concelho de Góis sobre o trabalho desenvolvido pela administração da Câmara Municipal sob a liderança do senhor Presidente Rui Sampaio e hoje estamos nós aqui para analisarmos o seu trabalho e as contas que nos são apresentadas. Assim e em termos de análise superficial citou alguns pormenores que julga serem de alguma importância. No que concerne ao Orçamento referiu que o valor final do orçamento para o ano de 2025 foi de 15.055.204,55 €; tendo tido uma receita no 13.582.028,59 € = 90%; e um despesa no montante de 9.996.849,71 € = 66%. Perante tais montantes, previstos e conseguidos, referiu que somos obrigados a concluir que, além de elucidativos são reveladores do rigor e competência demonstrada aquando da elaboração dos documentos previsionais. No que concerne as GOP referiu que o documento em causa é composto pelo PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PPA – Plano Plurianual de Ações, também conhecido como Atividades Mais Relevantes. Quanto ao PPI - Plano Plurianual de Investimentos, referiu que o valor final previsto foi de 4.727.944,00

€. Em termos de pagamento, referiu que se teve como realização o montante de 1.665.106,22 € = +/- 35%. Referiu destacar algumas das ações que, tendo em conta o valor previsto, contribuíram para um grau de percentagem de execução até muito bom e outras um pouco inferior ao esperado. Algumas das ações que irá elencar encontram-se em fase de execução e outras aguardam projeto, outras a aprovação da candidatura e outras a correspondente comparticipação, nomeadamente, Aquisição de equipamento básico: Montante Previsto (MP) - 242.000,00 €, 224.057,40€ Montante Pago (MPago); Aquisição de viaturas: 489.000,00 €, 408.695,49; Casa da Lavra de Baixo: 60.000,00€, 28.021,66€, em execução; Proteção Civil e Luta Contra Incêndios: 663.800,00€, 266.457,00€; Apoio à recuperação de habitações não permanentes e danificadas pelos incêndios em 2017: 107.250,00€, aguardando comparticipação; Loteamento para habitação; 100.050,00€, 100.050,00€, aguarda projeto; Acessibilidades a 360º - Intervenções habitações: 91.000,00€, 4.335,25€, em execução; Habitação - Reabilitação de imóveis: 100.000,00€, aguarda comparticipação; Reparação de danos provocados pelas cheias e incêndios em dezembro de 2022 e janeiro de 2023: 305.000,00€, 69.933,278€, em execução; Carrasqueira / Folgosa / Cortecega / Soito / Monteiro; Conservação da natureza e biodiversidade: 305.000,00€, 69.933,28, em execução; Parque de Lazer da Selada em Cortes: 350.000,00€, obra adjudicada; Avª. Doutor Padre António Dinis: 72.000,001€, aguarda projeto; Requalificação do Parque de Campismo em Góis: 70.500,00€, aguarda execução; Casa da Natureza: 164.200,00€, 12.975,50, em execução. Quanto ao PPA - Plano Plurianual de Ações, referiu que o valor final previsto foi de 1.433.400,00 €. Em termos de pagamento, teve como realização o montante de 917.668,23 € = +/- 64%; Referiu ainda, que conforme transcrito em Edital 14/2026, durante o ano de 2025, a Câmara Municipal transferiu para diversas Instituições o montante total de 771.373,54 €, valor este bem revelador de quanto é a preocupação do Executivo em estar por perto, atento e preocupado em ajudar e colaborar com as entidades que, de uma forma ou outra, prestam serviço no concelho, direta ou indiretamente.-----

-----Concluiu, referindo que o Grupo Municipal do PSD endereça os parabéns ao Executivo, na pessoa do seu Presidente, pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver em prol do nosso concelho e desejando que consiga ultrapassar algumas das barreiras que vão sendo colocadas que, só com a entrega e espírito de missão como tem demonstrado durante o mandato anterior e o atual, será possível não só concretizar os diversos projetos que se encontram previstos em Plano como também conseguir, como esperamos, trazer para o nosso concelho o investimento da responsabilidade do Poder Central que há muitos anos tem andado esquecido e que nos tem prejudicado fortemente.-----

-----A senhora Lara Sofia Dias Baeta, membro por inerência eleito pelo PS, analisado o documento,



referiu que se pode constatar que, no âmbito da Proteção, Meio Ambiente e Conservação da Natureza, é feita referência ao Condomínio de Aldeia da Carrasqueira, entre outras localidades, tratando-se de um projeto importante na proteção do território face à perigosidade de incêndios e tempestades, com o objetivo de garantir a sua resiliência, sustentabilidade e valorização. No entanto, nesta aldeia apenas reside um casal de forma permanente, sendo a sua habitação algo afastada do aglomerado edificado, o que reduz significativamente a distância a áreas de floresta e mato, não ordenadas do ponto de vista do território e frequentemente ocupadas por espécies invasoras. Esta situação tem gerado uma crescente ansiedade e receio face à eventual ocorrência de incêndios. Neste sentido, apelou para que sejam tomadas as devidas precauções por forma a reduzir a perigosidade no local e dispersar as inseguranças do casal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os Condomínios de Aldeia são executados com base na legislação em vigor, a qual enquadra este tipo de intervenções, prevendo que as mesmas incidam numa faixa de cem metros em redor da aldeia. Salientou que a situação exposta na altura foi devidamente analisada, não tendo, contudo, sido possível enquadrá-la na intervenção realizada no Condomínio de Aldeia da Carrasqueira. Referiu que a obrigação de limpeza dos terrenos é dos respetivos proprietários, podendo, em caso de incumprimento, ser desencadeadas, em última instância, as devidas intervenções através dos mecanismos legalmente previstos. Efetivamente, a situação exposta é do conhecimento da Câmara Municipal, tendo já sido desencadeados procedimentos junto do Gabinete Técnico Florestal (GTF), no sentido de se encontrar uma solução que permita evitar o risco mencionado.-

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, após a intervenção do senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira Nogueira, membro eleito pelo PSD, apercebemo-nos do que foi executado, sendo igualmente importante não esquecer de elencar o que não foi concretizado, ou seja, tudo aquilo que também estava previsto realizar. Referiu que, aquando da apresentação dos Documentos Previsionais para o corrente ano, afirmou que muitas pessoas consideravam que a sessão de apresentação do Orçamento e das GOP para 2026 seria muito importante, sublinhando, contudo, que existiriam outras sessões ainda mais relevantes, sendo a presente uma dessas. Efetivamente, estamos perante uma Câmara Municipal com saúde financeira e com resultado positivo; todavia, em termos de execução, apresenta uma taxa de 42%. Comparou esta situação à de uma família que, embora disponha de recursos, prefere não os aplicar no seu bem-estar, o que, na sua perspetiva, não é favorável para o concelho de Góis. Acrescentou que, com uma execução de 42% nas GOP, o PPI apresenta uma taxa de 35%. Quando se verifica onde foi aplicado o dinheiro, constata-se que este incidiu, em grande parte, em equipamentos



audiovisuais e em veículos, o que vai ao encontro da explicação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, na medida em que o parque de viaturas existente se encontrava ultrapassado há já vários anos. Todavia, quando o Grupo Municipal do PS refere que uma execução de 42% é baixa e o senhor Presidente menciona que, nos últimos doze anos, a média foi de 50%, considerando-a igualmente reduzida, entende que, quando o PSD assumiu a Câmara Municipal, houve uma mudança significativa, tendo sido nesse sentido que se convenceu o eleitorado a votar no PSD. Assim, considera que a apresentação de uma taxa de execução de 42% e a sua justificação com a média dos últimos doze anos, na ordem dos 51%, não lhe parece adequada nem suficiente para justificar a situação. Efetivamente, verifica-se um investimento significativo em maquinaria no âmbito das obras por administração direta, tratando-se de uma questão de gestão, sendo referido que o senhor Presidente demonstra particular interesse por este tipo de intervenção. Salientou, contudo, que, na sua opinião, a Câmara Municipal não deve retirar trabalho aos privados, nem reduzir a atividade das empresas locais, sob pena de se comprometer o tecido produtivo, podendo, no futuro, deixar de existir empresários no concelho. Acrescentou que esta realidade já se começa a verificar nos procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores, os quais, por vezes, ficam desertos, bem como na reduzida participação de candidatos, situação associada aos níveis remuneratórios praticados. Ainda no que respeita às obras por administração direta, referiu que, na qualidade de amigo e munícipe, entende que o senhor Presidente corre um risco significativo ao optar pela execução deste tipo de obras em intervenções de alguma complexidade, como é o caso das estradas, não apenas ao nível do piso e da compactação, mas sobretudo no que se refere às drenagens. Salientou que, ao optar pela execução por administração direta, o senhor Presidente assume um risco acrescido, uma vez que, em regime de empreitada, ainda que o custo possa ser superior ou inferior, existe a vantagem de ser conferido um prazo de garantia. Acrescentou que esse aspeto, a seu ver, deve ser tido em consideração, por implicar a assunção do risco de que algo possa correr menos bem. Acrescentou, verificar a existência de obras que lhe parecem arriscadas e que, a curto prazo, poderão vir a apresentar problemas, entendendo que o senhor Presidente está a assumir um risco significativo relativamente a algumas intervenções realizadas por administração direta.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quando foi feita menção aos audiovisuais foi uma candidatura financiada a 100%. Em relação ao 50% referiu que apenas apresentou como exemplo não querendo com as suas palavras dourar a pílula, tendo assumido o resultado frontalmente. Em relação às obras por administração direta, apresentou como exemplo a Rua do Camelinho, assunto referido ao longo de vários anos. Esta obra resistiu às intempéries ocorridas no presente ano, tendo sido hoje, nesta



sessão, referido que se encontra em perfeito estado de conservação, o que se deve à competência dos trabalhadores envolvidos e ao acompanhamento técnico prestado. Um outro exemplo a estrada da Portela, salientando que os problemas verificados se deveram a derrocadas provocadas pelo excesso de água e não a questões relacionadas com problemas de drenagem. Tratou-se de uma opção da Câmara Municipal, salientando que o mercado, atualmente, não responde, não existindo mercado interno, situação que também se verifica ao nível do mercado em geral, facto comprovado por outros municípios. Acrescentou que esta circunstância constitui uma das razões subjacentes à opção tomada pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor Vítor Hugo Machado Ribeiro, membro eleito pelo PSD, iniciou a sua intervenção dirigindo uma palavra de reconhecimento a todos os técnicos e trabalhadores do Município de Góis, responsáveis pela preparação, organização e elaboração dos documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2025. Este reconhecimento é igualmente extensível a todos os funcionários, colaboradores e técnicos do Município de Góis que, ao longo de 2025, contribuíram para a execução da atividade municipal, quer através de ações concretas no terreno, quer na elaboração e concretização de projetos e obras, bem como no apoio prestado aos munícipes e às empresas. Em termos financeiros, importa destacar o aumento da execução da receita e a redução da dívida em 17,84%. Destaco ainda o cumprimento dos limites de endividamento e dos rácios previstos na legislação aplicável. As contas apresentam um saldo positivo e equilibrado, merecendo igualmente referência a redução dos prazos médios de pagamento. Quero ainda aproveitar este momento para sublinhar os resultados evidenciados nesta Prestação de Contas no que respeita à execução de obras por administração direta, de modo a endereçar necessidades primárias e urgentes dos nossos munícipes. Foram investidos mais de meio milhão de euros pelo Município de Góis em diversas intervenções, entre as quais destaco. a Estação de Serviço do Centro de Cycling de Góis; a construção do muro na Zona Industrial de Vila Nova do Ceira; a requalificação da Estrada do Vale do Ceira; o muro de suporte na Estrada de Cortecega; a requalificação da via do Inviando; a pavimentação da Rua do Camelinho; e a pavimentação do Largo da Ponte do Sótão e do acesso ao parque de pernoita, Pavimentação Carvalhal Miúdo; Pavimentação Conhais. Num momento de especial dificuldade para os municípios, em matéria de procedimentos de contratação pública, agravada pela escassez de mão de obra e pela reduzida oferta no setor da construção civil, o Município de Góis tem vindo a realizar uma aposta estratégica na aquisição de equipamento essencial à execução de obras por administração direta. Destacar ainda que Município de Góis continua a apoiar as associações e coletividades locais, pilares fundamentais para o desenvolvimento cívico das nossas crianças como cidadãos do futuro e no apoio às



populações, através da dinamização de múltiplas atividades e eventos. Neste sentido, quer manifestar o nosso reconhecimento ao Governo pela decisão de avançar com a revisão da legislação relativa aos mecanismos de contratação pública, do regime de visto prévio do Tribunal de Contas e da Lei das Finanças Locais. Trata-se de reformas importantes para o país e, em particular, para os municípios do interior, como caso de Góis, que muitas vezes enfrentam excessiva burocracia, demora nos processos e dificuldades na execução atempada dos investimentos.-----

-----Dada a palavra a senhora Liliana Cristina Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu ter solicitado um pedido de esclarecimento ao qual não obteve resposta, ou seja, a questão do processo judicial em curso, com o objeto do mesmo, tendo sido constituída a provisão.-----

-----Dada a palavra o senhor Chefe da DAG referiu que relativamente ao processo em causa existe uma solicitação e pedido de pagamento da Agência de Desenvolvimento e Coesão à Câmara Municipal de Góis incidindo num projeto da CCDRC, tendo esse processo sido encaminhado à jurista que presta serviço ao Município de Góis, e, neste momento, encontra-se a ser analisado. Efetivamente à provisão de pagamento do Município de Góis encontra-se patente no documento, mas como ainda não é definitivo apenas existe a provisão. -----

-----Dada a palavra a senhora Liliana Cristina Silva Serra, membro eleita pelo PS, questionou qual o processo.-----

-----O senhor Chefe da DAG informou para melhor identificar o processo teria que consultar o processo, pelo que se comprometeu a remeter a informação solicitada. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal terminadas as intervenções colocou o documento à votação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com onze votos a favor, do PSD, e oito abstenções, do PS, e em cumprimento com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Prestação de Contas Individuais/Ano 2025, apresentando no exercício de 2025 e em termos numéricos os seguintes valores:-----

-----Relativamente ao Balanço:-----

-----Total do ativo: 34.555.655,30 €;-----

-----Património Líquido: 28.876.649,55 €;-----

-----Passivo: 5.679.005,75 €-----

-----Relativamente à Demonstração de Resultados por Natureza:-----

-----Rendimentos: 10.522.202,37 €;-----

-----Gastos: 10.469.808,19 €;-----
-----Resultado líquido do exercício: 52.394,18 €;-----
-----Relativamente a Demonstrações de Fluxo de Caixa:-----
-----Recebimentos: 11.488.808,25 €;-----
-----Pagamentos: 10.268.105,66 €;-----
-----Relativamente à Demonstração de desempenho orçamental:-----
-----Recebimentos: 13.582.028,59 € (orçamental) e 213.248,21 € (operações de tesouraria);-----
-----Pagamentos: 9.996.849,71€ (orçamental) e 271.255,95€ (operações de tesouraria);-----
-----Saldos iniciais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 2.306.468,55€;-----
-----Saldos iniciais de operação de tesouraria do desempenho orçamental: 397.466,05€-----
-----Saldos finais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 3.585.178,88€;-----
-----Saldos finais de operações tesouraria do desempenho orçamental: 339.458,31€-----
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----
----- 5. CONHECIMENTO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS/ANO 2025 -----
-----Foi presente a Certificação Legal de Contas relativas ao exercício findo em 2025, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..-----
-----O senhor Presidente referiu que estando presente na sessão um representante da empresa que elaborou o documento questionou se algum dos membros pretendia algum esclarecimento, não tendo havido qualquer solicitação de uso da palavra.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----
----- 6. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2026 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA -----
-----O senhor Presidente informou que a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 29.12.2025, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto,



refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.01.2026 e 31.03.2026.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----7. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Grupos Municipais se pretendiam usar da palavra sobre o documento em análise em virtude deste ser somente para conhecimento.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, na sequência da aprovação das contas de 2025, referiu recluir que, dentro de um ano, se esteja a discutir exatamente a mesma questão, nomeadamente a baixa execução do PPI, tendo em conta que a despesa apresenta uma execução de apenas 9,66%. Acrescentou que já decorreu um trimestre de 2026, sendo o presente documento referente ao período de 01.01.2026 a 31.03.2026, ano considerado fulcral para a execução do PRR. Reiterou, a este propósito, o que já havia referido em intervenções anteriores, ou seja, que se estão a deixar esgotar prazos do PRR, ainda que, conforme afirmou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, venha o PT2030, no âmbito do qual se espera poder aproveitar novas oportunidades de financiamento. Referiu ainda que, para além de a execução da despesa se situar em cerca de 10% em três meses, se constata que a mesma é inferior à verificada no ano de 2025, o qual considerou ter sido o pior ano da última década. Uma outra questão apresentada prende-se com a possibilidade de, na parte financeira do relatório, ser incorporada a execução das GOP e, consequentemente, do PPI, uma vez que o documento atualmente apenas reflete a receita e a despesa. Considerou que tal integração seria importante, permitindo à Assembleia Municipal um melhor acompanhamento da execução dos investimentos. Relativamente ao processo judicial apresentado na discussão da Prestação de Contas Individuais, referiu que o mesmo não consta do presente documento em análise, nomeadamente na lista de processos judiciais pendentes, podendo, naturalmente, a situação já ter sido, entretanto, sanada. Concluiu, referindo que, em sessões anteriores, havia solicitado a incorporação de informação relativa ao saldo de gerência, ou seja, o montante disponível em instituições bancárias. Apesar de essa informação ter sido, entretanto, incluída no documento, a mesma não se encontra discriminada, sendo apenas apresentado o valor global. Ainda assim, constatou que o saldo de gerência consignado é de cerca de 760.000,00€.

verificando-se em caixa e bancos um montante de aproximadamente 4.600.000,00€, o que permite concluir que existem cerca de 4.000.000,00€ disponíveis para pagamento a fornecedores, trabalhadores e para aplicação em investimento no concelho de Góis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a informação solicitada relativamente às GOP poderá ser incluída pelos serviços no documento, tendo solicitado que a mesma conste do próximo relatório. Quanto ao montante em causa, salientou que se deve considerar positivo o facto de a Câmara Municipal dispor de verba para aplicação, a qual será utilizada, sendo que a inexistência de recursos financeiros para investimento é que constituiria motivo de preocupação. -----

-----A senhora Lara Sofia Dias Baeta, membro por inerência eleito pelo PS, referiu que da análise realizada ao documento, gostaria que lhe fosse esclarecida a questão relativa ao projeto de candidatura para aquisição de serviços destinados à elaboração do projeto das obras de dois edifícios, nomeadamente a Escola de Milreu e a Casa das Cortes. Acrescentou que o documento faz referência à sua execução, pelo que questionou o que concretamente se encontra em execução. Em relação ao procedimento concursal para a aquisição de serviços para a delimitação das áreas de reabilitação urbana para a Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha, Pena, Alvares, Chã de Alvares, Cortes, Cabreira e Colmeal e apresentação da ORU para as ARU's de Alvares, Cabreira e Cortes apresentou a mesma questão, ou seja, em que fase se encontra este processo. Uma outra questão e, talvez a que lhe saltou mais à vista pelo facto de a ação denominada Construção do Parque de Lazer da Selada – Cortes, na descrição refere tratar-se de empreitadas de obras públicas e o ponto de situação refere que se encontra concluído o que, na sua ótica, ainda se encontra em fase de iniciação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, na análise dos documentos, os mesmos devem ser devidamente interpretados, esclarecendo que a menção “em análise” se refere à data de submissão da candidatura. Acrescentou que o projeto em causa diz respeito a uma candidatura a um contrato-programa, a qual se encontra já concluída, realçando que o que está concluído é a candidatura. Trata-se de uma obra por empreitada que foi objeto de uma candidatura a um contrato-programa, estando a respetiva candidatura concluída, ou seja, devidamente validada. Acrescentou que a Câmara Municipal dispõe dos meios financeiros necessários para a execução da obra.-----

-----Dada a palavra a senhora Lara Sofia Dias Baeta, membro por inerência eleito pelo PS, referiu que estão a falar de coisas diferentes, ou seja, o senhor Presidente na sua intervenção referiu-se a Projetos/Candidaturas/Estudos - Projeto de execução do Parque do Selada – Cortes - Apresentação de candidatura ao Contrato Programa – A executar, página 25, a sua pessoa referiu-se a Obras por



empreitada - Construção do Parque de Lazer da Selada – Cortes – Góis - Empreitadas de obras públicas – concluído, página 30.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente a membro tem razão, tratando-se de um lapso de escrita, pois a obra teve início recentemente e ainda não está concluída, pelo que a designação correta será a ser executada.-----

-----A senhora Lara Sofia Dias Baeta, membro por inerência eleito pelo PS, referiu a estar concluída teria sido a obra mais rápida realizada por este Município por estar concluída a 21.11.2025. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ter apreciado a ironia das palavras da senhora Lara Sofia Dias Baeta, sublinhando que este Executivo conseguiu concretizar aquilo que os munícipes de Cortes há muito almejavam e que nenhum Executivo anterior havia conseguido alcançar até à data. Relativamente à ARU, referiu que o processo se encontra em fase de elaboração. No que respeita à Casa de Cortes e à Escola do Milreu, referiu que os respetivos processos ainda não se encontram concluídos.-.

-----O senhor Vítor Hugo Machado Ribeiro, membro eleito pelo PSD, apresentou um agradecimento a todos os técnicos do Município de Góis pela elaboração deste extenso documento, que apresenta toda a atividade desenvolvida pelo Município de Góis desde o início do ano, até ao dia 31 de março de 2026. Estendo os agradecimentos a todos os técnicos, funcionários, colaboradores, e ao Executivo Municipal por todo o trabalho desenvolvido ao longo destes meses do início do ano, durante o qual surgiram inúmeros desafios inesperados. Após a ocorrência das intempéries dos meses de janeiro e fevereiro de 2026, o Município de Góis, na pessoa de todos os seus técnicos, funcionários, colaboradores e Executivo Municipal, ocorreu a múltiplas ocorrências que danificaram severamente casas, vias de comunicação, empresas e infraestruturas municipais. Em particular, apresentou como exemplo deste esforço para a recuperação, considerando o esforço empregue nos trabalhos de desobstrução da rede viária florestal, que tinha sido afetada numa totalidade de cerca de 400km – 37% da extensão total. A 31 de março de 2026, 80% da rede viária afetada pelas intempéries já tinha sido desobstruída. Estes trabalhos tiveram como principal objetivo garantir o acesso a terrenos com grande volume de arvoredado derrubado, o qual representa um elevado risco para a ocorrência de incêndios rurais na Primavera e no Verão.-----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que a capa do documento em análise é do seu agrado, pelo facto de apresentar uma máscara de cortiça, lembrando alguém que já não se encontra entre nós e que, provavelmente, terá sido a primeira pessoa a produzir máscaras de cortiça. Sublinhou que a imagem foi bem escolhida para o documento, uma vez que a utilização de uma máscara pode associar-se ao Carnaval ou à ideia de ocultação da identidade. Acrescentou que o “espírito



de Carnaval” se reflete em diversas atividades realizadas pela Câmara Municipal e na forma como estas são apresentadas, considerando que não dignifica o documento a referência a ações como a limpeza de casas de banho ou o transporte de mesas e cadeiras. Entende que tais elementos deveriam ser agregados, de forma a tornar a leitura mais clara e evitar a percepção de excessiva minúcia ou de menor relevância. Relativamente à referência a “esconder”, esclareceu que a mesma incide sobre alguns elementos incluídos no documento, sublinhando, contudo, que se trata da sua interpretação. Acrescentou que, sendo o relatório relativo ao primeiro trimestre de 2026, nele são ainda apresentadas obras de anos anteriores, nomeadamente de 2019 e 2021, já executadas, questionando, por isso, a razão de tais intervenções continuarem a constar do documento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a referência a obras de 2019 e 2021 incide sobre a libertação das cauções, sendo que enquanto não se libertarem as cauções as obras constarão no documento. -----

-----Dada a palavra o senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro do PS, referiu que ao analisar essas situações não se tem a percepção da explicação ora apresentada pelo senhor Presidente, devendo para melhor esclarecimento a mesma ser colocada no documento. Referiu ainda, que a casa que foi demolida junto à sua habitação, em Vila Nova do Ceira, não foi na Tôpa, não sendo esta a designação adequada, devendo provavelmente ser “fundo da rua”. Da mesma forma que a pavimentação que foi feita em Capelo, Vila Nova do Ceira, não ser Capelo, mas sim Campelo, Vila Nova do Ceira, salientando que devem estas situações, ser corrigidas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos 1,2,3 e 5 Antes da Ordem do Dia e os pontos 3 e 4 da Ordem do Dia.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Técnica do Município de Góis que a lavrou.-----

O Presidente da Assembleia Municipal



(Nuno Miguel Almeida Alves Baeta)

A Secretária

(Liliana Maria Rosa Pinto)